



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

ITAMÁ WINICIUS DO NASCIMENTO SILVA

A COPA DO MUNDO DE 2014 EM PERNAMBUCO: uma análise dos favoráveis e críticos aos interesses da FIFA

Recife
2022

ITAMÁ WINICIUS DO NASCIMENTO SILVA

A COPA DO MUNDO DE 2014 EM PERNAMBUCO: uma análise dos favoráveis e críticos aos interesses da FIFA

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para conclusão do curso de mestrado.

Área de Concentração: Mudança Social

Orientador: Prof. Dr. Josimar Jorge Ventura De Moraes

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586c Silva, Itamá Winicius do Nascimento.
A Copa do Mundo de 2014 em Pernambuco : uma análise dos favoráveis e críticos aos interesses FIFA / Itamá Winicius do Nascimento Silva. – 2022.
87 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Eventos esportivos. 3. Copa do Mundo (Futebol). 4. FIFA. 5. Dependência. 6. Pernambuco. I. Moraes, Josimar Jorge Ventura de (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-027)

ITAMÁ WINICIUS DO NASCIMENTO SILVA

A COPA DO MUNDO DE 2014 EM PERNAMBUCO: uma análise dos favoráveis e críticos aos interesses da FIFA

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para conclusão do curso de mestrado.

Aprovada em: 24/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Josimar Jorge Ventura De Moraes
Universidade Federal de Pernambuco (Orientador)

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Ricardo Luiz de Lyra Santiago
Universidade Federal de Pernambuco (Avaliador)

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi
Universidade Federal de Pernambuco (Avaliador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que estiveram comigo durante este processo. Em especial, agradeço à equipe do Arquivo Público de Pernambuco, sempre atenciosos e organizados. Sem a estrutura do local e a atenção dos funcionários públicos presentes, eu não teria dado conta das matérias jornalísticas utilizadas nesta dissertação.

“Eu vi o mundo... ele começava no Recife”

(DIAS, Cícero. 1926)

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar as narrativas envolvendo os polos discursivos em torno da realização da Copa do Mundo FIFA em Pernambuco. Considerando a Copa do Mundo como um megaevento esportivo de alcance mundial, pondero que existiram dois polos discursivos durante a preparação dessa competição: um polo defensor dos interesses da FIFA, aglutinando políticos, classe dominante local e multinacionais; e um polo crítico a esses interesses que é representado, neste trabalho, pelo Comitê Popular da Copa PE. As narrativas e suas representações são investigadas tomando como base matérias jornalísticas do *Diário de Pernambuco*, dentro de um recorte temporal que vai de outubro de 2007 a maio de 2013. Dentro dessa temporalidade, foi possível identificar uma representação hegemônica do polo discursivo favorável à ideia da Copa do Mundo como um investimento e, com isso, promotor de legados ao país-sede. Por outro lado, o polo discursivo crítico à realização do megaevento no estado, não foi devidamente representado nas matérias analisadas, sendo problematizado seu silenciamento. Por conta de tal silenciamento, analiso a narrativa desse polo crítico através de um dossiê produzido pelo citado Comitê Popular da Copa PE. O silenciamento dos críticos e a representação dos favoráveis em um tradicional e expressivo veículo de comunicação local, evidencia que a Copa do Mundo FIFA 2014 em Pernambuco reproduziu uma tendência nacional onde vários atores buscaram legitimar a maciça presença de dinheiro público na realização de um megaevento esportivo privado, aprofundando problemas estruturais do capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-Chave: Copa do Mundo; FIFA; Megaeventos Esportivos; Dependência; Pernambuco.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze the narratives involving the discursive poles around the holding of the FIFA World Cup in Pernambuco. Considering the World Cup as a sporting mega-event of global reach, I consider that there were two discursive poles during the preparation of this competition: a pole defending the interests of FIFA, bringing together politicians, the local ruling class and multinationals; and a critical pole to these interests that is represented, in this work, by the Popular Committee of the PE Cup. The narratives and their representations are investigated based on journalistic material from *Diário de Pernambuco*, within a time frame that goes from October 2007 to May 2013. Within this temporality, it was possible to identify a hegemonic representation of the discursive pole favorable to the idea of World Cup as an investment and, therefore, a promoter of legacies to the host country. On the other hand, the discursive pole critical to the realization of the mega-event in the state was not properly represented in the analyzed articles, and its silencing was problematized. Due to such silencing, I analyze the narrative of this critical pole through a dossier produced by the aforementioned Popular Committee of the PE Cup. The silencing of critics and the representation of those in favor in a traditional and expressive vehicle of local communication, shows that the 2014 FIFA World Cup in Pernambuco reproduced a national trend in which several actors sought to legitimize the massive presence of public money in the realization of a mega sporting event. private sector, deepening structural problems of Brazilian dependent capitalism.

Keywords: World Cup; FIFA; Sports Mega Events; Dependency; Pernambuco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 COPA DO MUNDO, MEGAEVENTO ESPORTIVO E DEPENDÊNCIA	14
2.1 A Copa do Mundo entre o Utilitarismo e o Romantismo	14
2.2 Megaevento Esportivo e seu Aclamado Legado	17
2.3 Megaprivilégios sob a Dependência.....	19
3 LULISMO E O CENÁRIO NACIONAL EM JOGO	22
3.1 Quando Teixeira Encontra Lula.....	23
3.2 O Lulismo, seu Significado e Relevância Nacional como Polo Discursivo.....	26
3.3 O Discurso Lulista: entre o Legado e a Brasilidade.....	30
4 A COPA CHEGA EM PERNAMBUCO	40
4.1 Megaevento Esportivo e a não Neutralidade do Estado	42
4.2 Eduardismo e Cenário Estadual em Jogo	45
4.3 A Copa das Violações: o caso da Arena de Pernambuco.....	58
4.4 Copa dos megaprivilégios: a atuação da FIFA em Pernambuco	67
4.5 Copa do Silenciamento: a Atuação Crítica do Comitê Popular da Copa PE	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação não se limita ao campo da sociologia do futebol, apesar de ter este esporte como pano de fundo para suas reflexões. Logo, ela acaba passando também por outras subáreas da sociologia como a política, a econômica e a urbana. A sociologia política está presente no debate em torno das figuras políticas envolvidas na vinda da Copa do Mundo 2014 para o Brasil, assim como as conseqüentes relações entre Estado brasileiro e os organizadores desse megaevento esportivo. Um debate econômico também é realizado, tendo em vista que as megaconstruções envolvendo a Copa do Mundo 2014, como a Arena de Pernambuco, envolveram vultuosas quantias de dinheiro público.

Essa utilização do dinheiro público para a realização de um megaevento privado, só foi possível graças a uma atuação política que justificasse essa empreitada com base em ideias como a do legado. O mesmo debate econômico trará à tona críticos desse megaevento a nível estadual, como o Comitê Popular Geral da Copa PE, que será analisado com mais detalhes durante o trabalho. Por fim, ao desenvolver uma lógica urbana baseada no *city marketing*, os impactos das megaconstruções em Pernambuco debatidos nessa dissertação, também contribuem para a sociologia urbana. Afinal, é impossível falar em megaconstruções sem analisar criticamente suas conseqüências na vida urbana.

Por último, acredito que a pesquisa também dialoga com importantes reflexões construídas pelo vasto pensamento social brasileiro. Essas reflexões podem ser observadas na adesão de vastos setores da classe dominante local a uma empreitada que tinha como liderança (e principais beneficiados) empresas multinacionais. Sendo assim, acabo me comunicando com teorias que buscaram entender as contradições e a natureza da burguesia brasileira, em sua heterogeneidade. A finalidade dessas reflexões, conciliando diversas subáreas, busca analisar os polos discursivos que envolveram a realização da Copa do Mundo em Pernambuco. Para tal, desenvolvo uma discussão em torno de matérias publicadas no *Diário de Pernambuco*, tradicional veículo de comunicação do estado. Esses polos discursivos conflitantes são divididos entre os favoráveis e críticos aos interesses da FIFA, estando políticos/classe dominante local no primeiro polo e movimentos sociais, como o Comitê Popular da Copa PE, no segundo.

Além desta Introdução e Considerações Finais, a presente dissertação foi construída com base em três capítulos que serão descritos e resumidos nessa parte inicial. O primeiro capítulo, intitulado “Copa do Mundo, Megaevento Esportivo e Dependência”, busca realizar

uma discussão teórica inicial, iluminando conceitos e ideias que perpassarão os capítulos subsequentes. Como mostra seu título, o objetivo é discutir, inicialmente, a história da Copa do Mundo e seu dilema entre o utilitarismo e o romantismo. Ao mesmo tempo que mobiliza aspectos românticos, como o apreço ao Estado-nação, que naquele instante passa a ser representado por 11 jogadores em campo, a Copa do Mundo também é capaz de mobilizar o utilitarismo capitalista, sendo responsável por lucros exorbitantes às empresas patrocinadoras. Essa capacidade de mobilizar recursos econômicos foi aguçada a partir da gestão João Havelange na Federação Internacional de Futebol (FIFA), responsável pela profissionalização e mercantilização do esporte. Essa gestão coincide com um período em que o sistema capitalista passou por profundas transformações, como a passagem do modelo fordista-keynesiano para a acumulação flexível. Tal acumulação combina com a fase pós-moderna do futebol, caracterizada pelo rompimento das fronteiras nacionais construídas durante todo o período moderno. Uma das consequências dessa fase foi a presença de jogadores de diversas partes do mundo em alguns campeonatos, gerando, a nível nacional, uma intensa exportação de atletas para o continente europeu.

Também é discutido nesse capítulo os conceitos de megaevento esportivo e a importância da ideia de legado que ele desenvolve. Tendo em vista as transformações da FIFA e do futebol mencionadas acima, a Copa do Mundo passa de um evento para um megaevento esportivo, concentrando capital e exigindo do país-sede uma estrutura adequada. Essa estrutura foi comumente apelidada no Brasil de “padrão FIFA”. Marcado pelo alcance mundial e complexidade da preparação, um megaevento esportivo carrega outra importante característica: a ideia de legado. Essa ideia é utilizada pela FIFA, seus patrocinadores privados e aliados no Estado-nação para justificar investimento público num megaevento privado. Todo esse dinheiro público é considerado necessário para alcançar algo maior: as benesses do megaevento esportivo, baseado em megaconstruções, medidas através dos legados futuros que esse empreendimento deixará para a sociedade civil.

Entretanto, como podemos perceber durante a leitura desse trabalho, a Copa do Mundo 2014 favoreceu grupos privados e figuras políticas tanto a nível nacional quanto a nível estadual. Por isso, se faz necessário falar em legados individuais, tendo em vista que as diferentes classes sociais em disputa ganharam ou perderam *status* a depender de sua posição no capitalismo dependente que marca a realidade brasileira. A noção de capitalismo dependente e sua discussão, encerra esse capítulo inicial. Como foi observado durante a pesquisa, o megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA serviu para aprofundar históricas e estruturais contradições desse tipo de capitalismo. Entre esses problemas estruturais está a

cidadania ferida, na qual o Estado é apenas um agente de transferência de recursos para a gestão privada.

A Lei Geral da Copa (LGC) e o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), são exemplos de como o Estado brasileiro se atrelou aos interesses das multinacionais no país, ao mesmo tempo que convivia com sérias violações de Direitos Humanos nas obras das arenas multiusos além, claro, das desocupações de trabalhadores e trabalhadoras de suas residências. No capítulo seguinte, intitulado “Lulismo e o Cenário Nacional em Jogo”, desenvolvo uma análise nacional com destaque para o fenômeno político do lulismo. A tese defendida nessa dissertação, coloca o lulismo como um relevante polo discursivo favorável aos interesses da FIFA. Através da panaceia do legado e do mito da brasilidade, o lulismo foi relevante para o desenvolvimento da candidatura brasileira ao megaevento, firmando seus compromissos políticos com os interesses da classe dominante local, que também atendia aos interesses da FIFA e das multinacionais que a cercam.

Por último, encerro essa dissertação analisando o cenário estadual através do capítulo “A Copa Chega em Pernambuco”. Se o lulismo foi relevante para o Brasil se tornar país-sede, o eduardismo tornou-se uma peça fundamental para a candidatura pernambucana. Além da importância do eduardismo em Pernambuco, também debato o papel da Arena de Pernambuco e da inacabada Cidade da Copa na construção do *city marketing*, afinal, estamos tratando de dois megaprojetos e megaconstruções que deram legitimidade (por intermédio dos legados positivos que tais empreendimentos trariam à sociedade pernambucana) à vinda da Copa do Mundo 2014 para o estado. A íntima relação do eduardismo com os interesses da FIFA, financiando a nível estadual megaconstruções, traz outra importante discussão desse capítulo final: a função não neutra do Estado capitalista, então a serviço dos interesses da FIFA e de seus negócios.

Essa não neutralidade do Estado pode ser verificada também nas violações de Direitos Humanos observadas durante a construção da Arena de Pernambuco. Como exemplo, temos a presença repressiva e autoritária da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) nas greves, lidando de forma inadequada com trabalhadores grevistas. Além das desocupações que, anos após a realização da Copa do Mundo 2014, ainda não tiveram suas indenizações pagas aos trabalhadores afetados. As pressões exercidas pela FIFA em Pernambuco, é outro ponto trabalhado durante essa dissertação. As citadas LGC e RDC são exemplos utilizados para evidenciar os megaprivilégios oferecidos à FIFA e às multinacionais que a patrocinam. Esse polo discursivo favorável aos interesses da FIFA, reunindo figuras políticas dentro do Estado brasileiro e representantes da iniciativa privada como as empreiteiras, foi analisado através de

sua presença maciça em matérias jornalísticas do *Diario de Pernambuco*, entre outubro de 2007 a maio de 2013.

Já o polo discursivo crítico aos interesses da FIFA a nível estadual, foi representado nessa pesquisa pelo Comitê Popular da Copa PE. Diante da ausência de sua narrativa e lutas nas matérias analisadas, realizo uma análise do dossiê produzido por esse movimento. Nessa análise foram observados pontos relevantes como a postura anticapitalista do movimento que se mostrou crítico à realização da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco, assim como denunciou suas consequências, como a mercantilização da cidade. O problema identificado e analisado durante a dissertação, passa justamente pelo silenciamento desse polo discursivo crítico à realização da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco, dentro do recorte temporal investigado. Apesar de sua fundação remontar de 2010, a narrativa construída pelo Comitê Popular da Copa PE não foi devidamente representada dentro de espaços como o *Diario de Pernambuco*. Tal silenciamento pode ser observado como consequência de um megaevento esportivo construído com base em megaprivilégios, onde apenas os discursos e narrativas de seus apoiadores são representados em espaços como os veículos de comunicação de massa.

2 COPA DO MUNDO, MEGAEVENTO ESPORTIVO E DEPENDÊNCIA

O principal objetivo dessa dissertação é, tendo o estado de Pernambuco como recorte, analisar as disputas entre os polos discursivos apontados por Oliven e Damo (2014). Esses polos discursivos com interesses antagônicos, disputaram espaço durante o período pré-Copa do Mundo e suas disputas giraram em torno da seguinte questão: o megaevento esportivo Copa do Mundo, organizado pela FIFA no Brasil, pode ser considerado um investimento ou um gasto para os cofres públicos? Tal debate esteve presente antes do início do evento, passando pelo período de sua realização e dando continuidade após seu término. Foi, inclusive, um debate que acarretou acontecimentos e processos políticos marcantes na história recente do país, como é o caso das Jornadas de Junho de 2013; marcadas por manifestações nacionais que questionaram a presença maciça do dinheiro público na construção de arenas multiusos em contraposição à ausência de investimento na saúde, educação, segurança pública etc.

Nos capítulos posteriores, desenvolverei uma análise particular sobre esses polos discursivos e sua repercussão a nível estadual. No momento, faz-se necessário debater quatro pontos centrais que darão um panorama geral sobre o tema. Esses pontos a serem discutidos nesse capítulo inicial são os seguintes: a) a história da Copa do Mundo FIFA; b) o conceito de megaevento esportivo; c) a ideia de legado e d) o impacto de um megaevento em um país dependente como o Brasil. Esses pontos estão conectados e suas ligações servem de base para as primeiras reflexões desse trabalho.

2.1 A Copa do Mundo entre o Utilitarismo e o Romantismo

Segundo Sell (2015), a epistemologia weberiana pode ser observada na prática através do conceito de tipos ideais. Ao buscar discutir sobre a captação da realidade, Weber acreditava que a explicação dessa realidade se encontrava no sujeito. Logo, seria impossível alcançar o entendimento total da realidade. Sendo assim, os sujeitos criam tipos ideais como os conceitos que servem como “um meio que o pesquisador possui para organizar a realidade de forma lógica, no plano do pensamento, sem a pretensão de traduzir exatamente a estrutura do mundo” (SELL, 2015, p. 114). Tomando como referência a noção de tipos ideais, adoto a visão de Giulianotti (2002) no tocante à trajetória histórica do futebol. Esse esporte de origem britânica pode ser dividido nas seguintes fases e/ou períodos: a) tradicional, marcada por características pré-modernas envolvendo a aristocracia e a classe média tradicional que

exerceram uma hegemonia sobre o futebol por questões convencionais; b) moderno, marcado pela expansão e popularização do futebol, causados pela intensa industrialização e urbanização, responsáveis pela inserção da classe trabalhadora nas práticas futebolísticas; c) pós-moderno, período atual do esporte, marcado pela quebra das identidades criadas e desenvolvidas durante o período moderno.

Como evento, a Copa do Mundo começa no início do período moderno, remontando a 1930 sua primeira edição. Ela se configura como uma das consequências da profissionalização do futebol, intensificada a partir dos anos 1930. Segundo Damo (2006), a Copa do Mundo sempre conviveu dialeticamente com duas lógicas distintas e complementares: a lógica simbólica, mobilizando instrumentos como o nacionalismo; e a lógica utilitarista, mobilizando interesses econômicos. Ainda segundo esse autor:

Enfim, razão econômica e razão cultural, faces da mesma moeda em nossa cultura, impregnaram-se ao *habitus* esportivo, mas não subtraíram o componente simbólico. Assim como a ética protestante contribuiu para impulsionar o capitalismo moderno, na clássica formulação weberiana, o *ethos* capitalista e o espírito das copas andam de mãos dadas, ainda que por vezes o par provoque mal-estar, havendo a necessidade de encobrir a lógica utilitarista do capital com um simbolismo romântico tomado de empréstimo do clubismo e do nacionalismo (DAMO, 2006, p. 40).

O sucesso da Copa do Mundo e da FIFA, sua organizadora, se deve a eficaz articulação entre essa “lógica utilitarista do capital” e o “simbolismo romântico” em diferenciados contextos sociais, políticos e econômicos. Para realizar essa articulação com eficiência e segurança, a FIFA e seus dirigentes sempre buscaram manter amistosas relações com políticos e empresas. Das suas amistosas relações com o universo político, a FIFA atrelou o sentimento nacionalista ao seu evento, instigando a ideia de que os onze jogadores em campo representam a nação e toda carga simbólica que isso carrega. Já das empresas, conseguiu acumular cifras altíssimas de lucro, principalmente a partir da presidência de João Havelange. A FIFA ainda carregava fortes traços do amadorismo na gestão Jules Rimet, que só vieram a ser rompidos a partir da gestão de Havelange. A partir dele, o futebol no geral e a Copa do Mundo em particular, tornam-se uma mercadoria. Desta forma, a FIFA vira um relevante operacionalizador da mercantilização do futebol e do seu principal evento.

Havelange foi o responsável pelo primeiro contrato de uma multinacional com o esporte, no caso, o acordo foi firmado com a Adidas, que passou a ser a primeira patrocinadora da Copa do Mundo. Logo mais, outras multinacionais passaram a investir nesse

evento como a Coca-Cola, a Kodak, o Visa e o Mastercard. O investimento realizado por essas empresas multinacionais contribuiu para tornar a Copa do Mundo um megaevento esportivo, exigindo dos países-sede uma série de medidas que garantissem a realização segura e eficaz da competição. A Copa do Mundo como um megaevento esportivo tem início a partir dessas ligações com grandes empresas. O contexto dessa ligação e consequente transformação da Copa do Mundo, que passou a reunir mais seleções e movimentar mais dinheiro, remonta dos anos 1970. É justamente a partir dessa década que, segundo Harvey (1992), ocorreu uma intensa mudança estrutural no sistema capitalista.

O mundo se complexificou, as economias tornaram-se cada vez menos nacionais e o futebol sofreu consequências dessa nova conjuntura. As potências capitalistas que se recuperaram das mazelas trazidas pela Segunda Guerra Mundial sob um Estado de Bem-Estar Social, baseado economicamente no modelo fordista-keynesiano, dava lugar a chamada acumulação flexível. Sobre essa nova fase do capitalismo, “Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY; 1992, p. 140). Dentre as possíveis razões que deram origem à reestruturação capitalista, passando do modelo fordista-keynesiano para a acumulação flexível, estão: aparecimento da concorrência nipônica e europeia frente aos Estados Unidos; intensiva substituição de importações por parte dos países subdesenvolvidos; surgimento de novas necessidades de mercado de consumo e os impactos decorrentes da crise do petróleo em 1973. São acontecimentos e mudanças que ajudam a entender o novo papel desempenhado pela FIFA a partir da gestão Havelange, uma figura alinhada aos interesses econômicos das multinacionais que passaram a comandar a economia global após essa reestruturação do capital.

Essa nova estruturação do sistema capitalista coincide com as transformações da FIFA, da Copa do Mundo e do futebol de um modo geral. Essas mudanças no esporte mais popular do mundo, representaram o início da fase pós-moderna, apontada por Giulianotti (2002). As fronteiras nacionais foram quebradas, o futebol se globalizou de um modo mais intenso e uma das principais consequências foi a reunião de jogadores com origem diversificada em alguns campeonatos nacionais. Como bem analisa Helal (1997), a consequência mais observada no futebol brasileiro, diante dessa nova conjuntura do esporte, foi o aumento das exportações de jogadores; fato bastante comum nos dias atuais. Ainda sobre a repercussão desse processo no Brasil, pode-se afirmar que “A Lei Zico inicial e depois a Lei Pelé, para o futebol brasileiro, equivalem aos processos de liberalização do mercado gerado pelo neoliberalismo” (OURIQUES, 2014a, p. 29).

Diante desse cenário, a FIFA, principal fomentadora desse processo, conquistou poderes extraordinários, assemelhando-se aos grandes monopólios detentores dos mais diversos ramos da produção. Procurando vender seu evento, que passava a se atrelar ao chamado urbanismo do espetáculo (MARICATO, 2014), - processo esse que reúne capitais internacionais em busca de megaconstruções com base numa “renovação urbana”- a FIFA conseguiu transformar espetáculos esportivos em grandes negócios. Com isso:

Esse padrão esportivo adentrou ao campo do espetáculo e para isso criou sua expressão mais avançada, os megaeventos esportivos – espaços destinados à mais moderna competição entre as nações no esporte. Fenômeno pelo qual o capital organiza seus negócios através da crescente exploração dos atletas, da profissionalização dos clubes e sua associação enquanto empresas vendedoras do esporte. O consumo gerado pela demanda de esporte hoje movimentava trilhões de dólares com a produção de subprodutos da indústria esportiva e a compra e venda do espetáculo (MORAES BRASIL, 2015, p. 34).

2.2 Megaevento Esportivo e seu Aclamado Legado

Dentro deste contexto, surge a ideia de megaevento esportivo e a consequente transformação da Copa do Mundo. A edição que marca o início do processo que transformou a Copa do Mundo em um megaevento esportivo foi a edição de 1974, coincidindo com o ano em que Havelange chega à presidência da FIFA. A partir daquela edição, realizada na então Alemanha Ocidental, a presença da televisão e do marketing esportivo se intensifica; tornando a Copa do Mundo um período seguro para as grandes multinacionais e seus conglomerados. Logo, “O novo estilo de gestão da FIFA estava em harmonia com o processo incipiente de globalização econômica. Dessa forma, o novo direcionamento da entidade provocou uma mudança gradual na Copa do Mundo” (PRONI, 2014, p. 95). Mas, o que seria um megaevento esportivo?

Segundo Proni (2014, p. 92-3), não existe uma definição fixa sobre essa ideia, porém, ele acredita que os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, são definidos desta maneira por conterem aspectos como: a) amplitude e alcance mundial, monopolizando as atenções da mídia internacional com jogos televisionados para todo o mundo, caracterizando esse evento como “mega”; b) complexidade da preparação, incluindo o desenvolvimento de mecanismos de financiamento que possibilitem a construção de uma infraestrutura específica para sua realização; c) ideia de legado, diante da necessidade de gastos públicos, se formula um conjunto de ideias que visam legitimar o megaevento esportivo, surgindo daí um prometido e desejado legado para os países-sede. Em suma, a Copa do Mundo se transformou

em um megaevento esportivo, contendo essas características. Fruto do desenvolvimento da reestruturação do capitalismo, a Copa do Mundo, como um megaevento esportivo, objetiva “uma organização sem improvisos e minimizando imprevistos, uma vez que deve maximizar o lucro dos organizadores e das empresas de televisão, assim como propiciar um retorno garantido para os patrocinadores” (PRONI, 2014, p. 93).

A ideia de legado, apontada acima, é de extrema relevância para o desenvolvimento dos megaeventos esportivos. Sua presença como um dos traços fundantes do conceito de megaevento esportivo também pode ser vista em Poynter (2006), responsável por dividir a ideia de legado em duas categorias: o legado tangível e o legado intangível. Para este autor:

[...] pode ser considerado tangível toda a infra-estrutura construída por causa do megaevento e não apenas aquela diretamente relacionada à sua realização, pois ela é suscetível à análise econômica de custo-benefício. Já o impacto cultural do megaevento pode ser considerado como um legado intangível, pois seus efeitos repercutem sobre a autoimagem do lugar e seus habitantes, as atitudes, a identidade projetada e outros aspectos sócio-culturais cuja mensuração exata, para Poynter, é mais duvidosa (TAVARES, 2011, p. 20-1).

Em suma, o legado de um megaevento esportivo carrega aspectos materiais e imateriais, que se comunicam. Além dessas categorias criadas por Poynter, destaco e adoto, visando uma maior atenção aos aspectos negativos, as reflexões de Preuss (2008, p. 23), que sumariza 36 impactos potenciais segundo 4 categorias (ambiental, cultural, psicológica e política) que podem apresentar aspectos positivos e negativos. A elaboração de aspectos positivos e negativos, partindo de uma perspectiva crítica, mostra que os megaeventos esportivos apresentam como impacto a produção de “vencedores” e “perdedores” em que “há um investimento exagerado em um evento pouco regulamentado, no qual todo o ganho vai para pouquíssimas pessoas que já são ricas. Enquanto isso, a população de menor poder aquisitivo fica sem benefícios” (CURI, 2017, p. 69). Ao tomar tal concepção, considero os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, uma espécie de torneio de valor, segundo Appadurai. Sobre essa ideia, é possível afirmar:

O “torneio de valor” é um evento específico, planejado e fora da rotina cotidiana com estrutura ritual no qual os participantes trocam bens e disputam dessa maneira seu *status*, mas também o significado de categorias fundamentais de uma dada sociedade. Isso significa que um “torneio de valor” oferece a oportunidade para que pessoas aumentem seu *status* em muito pouco tempo, mas também existe o perigo do inverso, ou seja, de uma perda súbita de *status* (CURI, 2017, p. 70).

Pegando o exemplo da Copa do Mundo no Brasil, realizada em 2014, pode-se encontrar com clareza quem perdeu e ganhou *status* durante a realização desse megaevento esportivo. Na pesquisa realizada por Amorim (2017), seguindo uma tendência nacional, em Pernambuco foi visto um silenciamento daqueles que tiveram essa “perda súbita de *status*”, como os trabalhadores afetados com as remoções em torno da Arena de Pernambuco, em contraposição aos vastos setores das classes dominantes internacionais e locais (como as empreiteiras e as grandes redes de hotéis) que em um curto espaço de tempo tiveram seus lucros e privilégios potencializados.

Desta forma, é impossível falar em legado positivo ou negativo para todos. Se faz necessário analisar os legados individuais, com base nas classes sociais envolvidas na preparação desse megaevento. Analisando com atenção esses legados individuais, o positivo fica para a FIFA, que teve um lucro recorde calculado em R\$ 16 bilhões¹. Diante dessas cifras expressivas, não é à toa que essa instituição, atualmente, planeja a realização da Copa do Mundo a cada dois anos². Por outro lado, o legado negativo ficou na conta dos trabalhadores. O número de mortes durante as obras, por exemplo, foi 4 vezes maior em comparação com a África do Sul³. Outro meio que afetou negativamente os setores mais pobres da sociedade brasileira foram as remoções, realizadas nos entornos das novas arenas, como aponta matéria realizada com despejados em Pernambuco⁴.

2.3 Megaprivilégios sob a Dependência

Por último, essa cidadania ferida onde o Estado é apenas um agente de transferência de recursos para a gestão privada (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013), fica ainda mais evidente quando o país-sede trata-se de uma nação dependente, como foi o caso brasileiro. Considerada como fruto da expansão capitalista em escala mundial, a dependência

¹ Fifa tem lucro recorde com Copa no Brasil: R\$ 16 bilhões. **VEJA**, 19 de mar. de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/esporte/fifa-tem-lucro-recorde-com-copa-no-brasil-r-16-bilhoes/>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

² CARVALHO, Jaeci. Fifa quer realizar a Copa do Mundo a cada dois anos. **Estado de Minas**, 22 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/jaeci-carvalho/2021/08/22/interna_jaeci_carvalho.1298226/fifa-quer-realizar-a-copa-do-mundo-a-cada-dois-anos.shtml>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

³ Obras da Copa no Brasil já matam 4 vezes mais que na África do Sul. **UOL**, 29 de mar. de 2014. Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/29/obras-da-copa-no-brasil-ja-matam-4-vezes-mais-que-na-africa-do-sul.htm>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

⁴ CARNEIRO, Júlia Dias. ‘Só arrancaram a casa do lugar, e fim’: 4 anos depois, desapropriados da Copa questionam remoções desnecessárias. **BBC News Brasil**, 17 de jun. De 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44478032>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

significa uma situação particular em que se encontram países tradicionalmente nomeados de subdesenvolvidos, “cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais” (BAMBIRRA, 2019, p. 33). Desta forma, o impacto de um megaevento esportivo em um país dependente se mostra diferente quando comparado aos países centrais. A partir da edição de 2002, quando a Coreia do Sul sediou o megaevento em parceria com o Japão, a FIFA passou a dar uma atenção maior aos países em desenvolvimento. Após 2006, quando a Alemanha recepcionou novamente a Copa do Mundo, o torneio passou a ser sediado de modo consecutivo por países em desenvolvimento e/ou dependentes, como é o caso da África do Sul e do Brasil. Segundo Ferreira, um movimento estratégico:

Muitos analistas, dentro os quais me incluo, avaliam que esse deslocamento foi claramente estratégico, devido aos protestos cada vez mais frequentes contra os megaeventos nos países do Norte. Mais do que isso, as estruturas governamentais dos novos anfitriões, geralmente contaminadas por uma corrupção estrutural, são especialmente vulneráveis às pressões exercidas pelos grandes *players* dos megaeventos, sendo mais fácil dobrar os políticos locais para aprovar leis de exceção, mesmo que representem retrocessos gritantes em suas conquistas sociais (FERREIRA, 2014, p. 11).

A facilidade e as violações envolvendo a aprovação da LGC e do RDC no Brasil, evidenciou a coalizão entre grupos econômicos hegemônicos locais e políticos a nível federal, estadual e municipal. Diante de democracias jovens e frágeis como a brasileira, a FIFA e seus parceiros (estejam eles inseridos dentro ou fora do Estado), através de um megaevento esportivo, aguça estruturais problemas como o desenvolvimento desigual, a superexploração da força de trabalho e a subjugação de uma burguesia interna que, historicamente, sempre esteve alinhada aos interesses dos países centrais (MARINI, 2013). Desta forma, com base na ideia do legado analisada acima, atores estatais e não estatais articulam-se visando direcionar vultuosos recursos públicos em um megaevento privado (COUTO, 2018).

Diante deste processo, a Copa do Mundo tornou-se um megaevento esportivo de alcance mundial, contendo ativa participação de multinacionais e Estados nações; unificando a “lógica utilitarista do capital” e o “simbolismo romântico” (DAMO, 2006), então representada emblematicamente pelo discurso do presidente Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva, diante da oficialização do Brasil como país-sede em outubro de 2007. Como veremos posteriormente, ao unir a “panaceia do legado” com o “mito da brasilidade”, a retórica lulista legitimou os interesses econômicos envolvendo esse megaevento esportivo (COUTO, 2018). A Copa do Mundo passou a ter um importante papel na acumulação de capital e a FIFA,

como principal organizadora deste megaevento, “trata de funcionar como o capataz do capital exigindo um “padrão internacional” na qualidade do evento que representa, para a cabeça colonizada de amplos setores sociais, uma espécie perversa de vestibular” (OURIQUES, 2014b, p. 204).

Nesse perverso vestibular, em que ampla coalizão de grupos econômicos internacionais e nacionais se unem a atores estatais de diversos níveis, o principal resultado é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, em que os recursos públicos para fins privados é uma das principais características. Nos capítulos posteriores, analiso como os polos discursivos a favor e contra essa coalizão se confrontaram em Pernambuco, tendo o tradicional *Diario de Pernambuco* como palco desse choque.

3 LULISMO E O CENÁRIO NACIONAL EM JOGO

Após a realização de uma análise geral sobre a história da Copa do Mundo, o conceito de megaevento esportivo, a ideia de legado e o impacto de um megaevento num país dependente como o Brasil, se faz necessário aprofundar a discussão com base no recorte em Pernambuco, uma das cidades-sede que recepcionaram a Copa do Mundo em 2014. Antes disso busco, neste capítulo, discutir o cenário nacional (que dialoga e é composto pelo cenário estadual). Sobre o cenário nacional, me volto para o papel desempenhado pela diplomacia do Governo Lula, considerada como crucial para a vinda desse megaevento esportivo. Ademais, a Copa do Mundo, organizada pela FIFA, contagia lares, ruas e avenidas mundo afora a cada quatro anos. Sua primeira edição, então realizada no Uruguai, remonta a 1930. Já a última ocorreu na Rússia, em 2018. Desta forma, de 1930 a 2018, foram realizadas vinte e uma edições deste torneio de âmbito mundial. Apenas a Oceania e a América Central ainda não sediaram uma Copa do Mundo.

O engajamento que esta promove ultrapassa a mera torcida por onze jogadores correndo atrás de uma bola, sendo intimamente vinculada a processos sócio-políticos e sentimentos extracampo. Sendo assim, a presente dissertação busca ir além do evento em si, caminhando para uma perspectiva que foge das quatro linhas, sem anular sua importância. De outra parte, tratar a Copa do Mundo como um megaevento esportivo significa entender que “não são os jogos da Copa apenas que fazem dela um megaevento, mas também a mobilização no seu conjunto” (DAMO; OLIVEN. 2014, p. 14). Esta mobilização difere quando o país analisado (no caso, o Brasil) participa ou sedia o torneio. Sobre a mobilização da nação em torno da participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, temos vasto material bibliográfico, principalmente aqueles que buscam ligações entre essa mobilização e a construção de uma identidade nacional.

Porém, meu intuito é analisar o Brasil não enquanto participante, mas como país-sede. Neste caso, a atuação de instituições como o Estado é visível, e suas consequências para a sociedade civil se mostram de forma concreta. Isso porque a FIFA, entidade privada que mais se beneficia com a Copa do Mundo, sempre recorre aos Estados-nações no que concerne ao patrocínio e organização desse megaevento. Ela visa desenvolver condições emocionais e políticas que favoreçam a presença de investimento público na empreitada. Assim sendo, são escolhidos “espaços geográficos, países e regiões onde o esporte e o futebol em especial

possam gerar formas de reprodução do capital no espaço e no tempo” (OURIQUES, 2014a, p. 39). Esse capital, que conta com forte presença de empresas multinacionais, é orientado para a expansão e a acumulação. Com base nos polos discursivos apontados por Damo e Oliven (2014) e partindo do âmbito nacional para o estadual, busco identificar e analisar como esse processo se desenrolou em Pernambuco, mais especificamente, no tradicional *Diário de Pernambuco*.

3.1 Quando Teixeira Encontra Lula

Seria problemático iniciar a análise do contexto estadual sem antes passar pelo cenário nacional que o estado de Pernambuco ajuda a compor. Com isso, se faz necessário entender como a Copa do Mundo chegou ao Brasil para só depois analisar sua chegada em Pernambuco. Para entender a trama que desencadeou na oficialização do Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, é preciso observar o papel desempenhado por duas figuras que, por conta dos cargos que ocupavam, representaram também instituições; falo de Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de 1989 a 2012, e Lula, presidente da República de 2003 a 2010. O interesse do Brasil ser um país-sede começou em 2003, quando Teixeira candidatou o país ao posto. Essa candidatura foi apresentada à Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), tendo em vista que a FIFA designou a CONMEBOL a responsabilidade de receber a edição em 2014. Desde 1978 que a América do Sul não recebia uma Copa do Mundo e esse jejum teria seu fim.

Teixeira tinha interesses políticos na realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Seu objetivo era fortalecer seu nome para a sucessão de Joseph Blatter, presidente da FIFA entre 1998 a 2015. Com a realização e possível sucesso econômico desse megaevento esportivo no imaginado “país do futebol”, Teixeira seria forte candidato ao posto de presidente da FIFA. O megaevento seria uma oportunidade para que ele limpasse sua imagem, atingida por conta da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, entre 2000 a 2001, investigou as relações entre a CBF e a empresa *Nike*. Teixeira prestou depoimento à CPI e diante dos questionamentos envolvendo a contabilidade da CBF, não sanou dúvidas referentes às transações financeiras realizadas pela entidade. Por fim,

O relatório final escancarava problemas gravíssimos na gestão do futebol profissional, incluindo o desdém da entidade com relação à exploração de menores em centros de formação, o trânsito fácil de agentes de jogadores especializados em falsificar documentos, a falta de transparência na gestão

financeira da CBF e sérios indícios de desvio de recursos, com o favorecimento do próprio Ricardo Teixeira (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 73).

O pentacampeonato mundial, conquistado em 2002, deu novo fôlego a Teixeira, que passou a ser bem visto pela maior emissora da televisão brasileira, a Rede Globo, após implementar o Campeonato Brasileiro por pontos corridos com jogos de ida e volta. Essa era uma demanda antiga das elites clubísticas nacionais, junto com a grande mídia especializada. Com o penta conquistado e o Brasileirão aprovado, Teixeira candidatou o Brasil junto a CONMEBOL que oficializaria o país como único concorrente da região em março de 2006. Mas o impulso à candidatura brasileira é alcançado quando Teixeira passa a dialogar diretamente com a Presidência da República, ocupada por Lula a partir de 1º de janeiro de 2003. A amistosa relação Teixeira-Lula foi de extrema importância para os olhos da FIFA que, como mencionado acima, necessita do apoio econômico do Estado-nação para a realização do seu megaevento. Esse Estado-nação, entre várias tarefas, desenvolve as condições econômicas, políticas e emocionais que garante os lucros da FIFA e multinacionais aliadas.

Segundo Damo e Oliven (2014), a relação entre Teixeira/Lula é oficializada com jogo festivo entre Brasil *versus* Haiti, realizado em 2004. Visando se configurar como ator político relevante na pacificação do Haiti, o governo brasileiro, em aliança com a CBF, realizou um amistoso entre Brasil e Haiti, com direito a presença dos principais jogadores do selecionado verde e amarelo como o meio-campista Ronaldinho Gaúcho e o atacante Ronaldo. Visto na época como “o jogo da paz”, a partida realizada em Porto Príncipe, capital haitiana, serviu para exibir a diplomacia brasileira como uma peça relevante nas relações internacionais do recém inaugurado século XXI. Tal realização contou com um traço cultural historicamente exportado pelo país: o futebol. Segundo Couto (2018), desde a 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no México, o Brasil e outros países emergentes estabeleceram um novo *status* para o comércio internacional.

A proposta de Celso Amorim, ministro brasileiro das Relações Exteriores, de criar o G21, estabelecia um novo parâmetro para o comércio internacional e dentro dessa nova conjuntura o Brasil se apresentava como um relevante ator. Foi assim que:

Nessa direção, o extenso programa da diplomacia presidencial materializou-se em um número recorde de viagens com finalidades diplomáticas, além do cumprimento de um complexo circuito de encontros e reuniões com lideranças diplomáticas, algo inédito para os padrões do Itamaraty (COUTO, 2018, p. 34).

Dentro desse novo contexto, o Governo Lula enxergou o “jogo da paz” como um meio de aumentar o prestígio do Brasil, principalmente agora que o país angariava uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), entidade que liderava a ocupação no Haiti. As falas de Lula, em matéria publicada pela *BBC Brasil*, evidencia esse interesse em aliar projeção internacional humanitária com novas possibilidades de comércio e investimentos. Segundo o então presidente da República:

"A solução para o Haiti só será encontrada quando as nações ricas perceberem que este é um país que precisa de investimentos para que seu povo tenha trabalho e busque melhora das suas condições de vida. O Brasil não tem dinheiro, mas tem conhecimento e tecnologia para apoiar este país irmão", afirmou Lula⁵.

Em suma, a partir dessa partida, as relações entre Teixeira e Lula se intensificaram, permitindo à CBF a credibilidade de ter o apoio e a confiança do presidente da República em sua empreitada junto à FIFA. Esse relacionamento entre CBF e Poder Executivo só começa a declinar após a saída de Lula e ascensão de Dilma Rousseff, presidenta da República entre 2011 a 2016. Até lá, os dois serão atores fundamentais na construção da candidatura do Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Seguindo as reflexões de Damo e Oliven:

A aproximação de Teixeira com Lula por ocasião do amistoso no Haiti foi um marco importante para destravar as negociações da CBF com a Presidência da República, e a eficácia simbólica daquele evento fez crer que o Brasil, como nação, poderia tirar proveito da popularidade do time da CBF. Todavia, foi a conversa reservada de Blatter com o presidente Lula, em 28 de setembro de 2006, na semana anterior ao primeiro turno da eleição presidencial, da qual Lula esperava sair reeleito, que selou a parceria. Para Lula, aquela conversa não poderia ter sido agendada em melhor hora, pois ela praticamente confirmava o Brasil como sede da Copa de 2014, algo noticiado havia pelo menos seis meses, depois de declarações do presidente Blatter (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 77).

Como um investimento, a FIFA necessita que a Copa do Mundo se realize num país-sede seguro para os interesses econômicos das multinacionais que patrocinam esse megaevento esportivo. As relações com o Estado e as figuras políticas que ele compõem, surge como uma necessidade para a entidade. Segundo Coakley (2009), os megaeventos

⁵ CABRAL, Paulo. Haitianos são goleados, mas fazem festa. **BBC Brasil**, 19 de ago. de 2004. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/08/040819_jogopaulog>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, dependem do envolvimento direto de governos em suas diferentes esferas de poder. As conversações entre Lula e Blatter apontadas acima, é um exemplo desse envolvimento, que pôde contar com a intermediação da CBF de Teixeira. Diante dessas reflexões, o governo brasileiro chefiado por Lula (e, em seguida, Dilma) e sua diplomacia foi um relevante representante do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA, sendo um aliado estatal dessa entidade internacional. Unindo a “panaceia do legado” com o “mito da brasilidade”, a retórica lulista legitimou os interesses econômicos envolvendo esse megaevento esportivo. Discuto a partir de agora a presença dessa “panaceia do legado” e “mito da brasilidade” nos discursos de Lula, tendo como recorte matérias jornalísticas. Antes, se faz necessário construir e responder a seguinte pergunta: o que significa lulismo, visto como um fenômeno político fundamental quando se analisa a vinda da Copa do Mundo FIFA para o Brasil?

3.2 O Lulismo, seu Significado e Relevância Nacional como Polo Discursivo

Segundo as reflexões de Singer (2012), o lulismo é um projeto político marcado por um reformismo gradual posto em prática por intermédio de um pacto conservador. Mas para entender melhor o lulismo, se faz necessário desenvolver uma breve análise sobre o instrumento político que o rodeia: o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em fevereiro de 1980. Como uma das novidades surgidas durante o período da Redemocratização, espécie de transição da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) para a chamada Nova República (1985-presente), o PT surgiu a partir da reunião de três grupos políticos: a) grupos remanescentes da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar; b) setores progressistas da Igreja Católica; c) membros do chamado Novo Sindicalismo. Juntos, esses três atores protagonizaram os primeiros passos do partido (SECCO, 2011).

Lula, como líder sindical, fez parte do grupo político ligado ao Novo Sindicalismo. Opositor de trabalhistas (naquela conjuntura, liderados por Leonel Brizola) e comunistas, Lula chegou a afirmar, num debate no Instituto Cajamar em 1987, que “o grande empecilho para criar o Partido dos Trabalhadores eram exatamente os comunistas” (Instituto Cajamar *apud* SECCO, 2011, p. 67). Concluindo, podemos definir as origens do PT da seguinte forma:

O partido nascia fora da órbita do comunismo soviético, portanto, do Partido Comunista Brasileiro (PCB); afastava-se do “populismo” e negava oficial a herança Social-Democrata. Os petistas afirmavam o socialismo num horizonte distante enquanto defendiam um “programa para a democracia”.

As posições de seus documentos iniciais pareciam refletir uma mistura de redação trotskista com aportes sindicalistas (SECCO, 2011, p. 36).

Porém, o PT passou por diversas e intensas transformações durante sua trajetória político-partidária. Segundo Secco (2011), o PT de 1980 a 1989 foi uma organização política marcada por uma ativa oposição social, apostando na mobilização e politização dos trabalhadores urbanos e rurais como meio de instituir seu “programa para a democracia”. Por isso que desenvolveu conflitos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, marcada nesse período por uma moderação política. Em suma, o partido defendia um reformismo forte, visando desenvolver um processo de democratização da sociedade brasileira. Tudo isso se colocando como uma peça política inovadora ao se diferenciar dos “trabalhistas populistas” e dos “comunistas autoritários”, tendo em vista a defesa desses últimos às experiências como a soviética e a chinesa. Após as eleições presidenciais de 1989, quando o partido saiu derrotado no segundo turno, tem início uma transformação gradual do PT que passa a ser dividido entre uma corrente defensora de um reformismo forte *versus* uma corrente mais moderada.

Essa corrente mais moderada ganhou força após a queda do Muro de Berlim e fim da União Soviética, passando a exercer no partido uma hegemonia. Com isso, podemos afirmar que a partir de 1990 o PT começa uma metamorfose que culminará, anos depois, na mudança da agremiação; passando da defesa de um reformismo forte para a moderação observada nos anos 1990, através de uma oposição parlamentar aos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Uma figura foi extremamente relevante para esse processo: José Dirceu, líder da corrente Articulação, responsável direto por essa transformação. Eleito em 1995 presidente do partido, Dirceu será o responsável por tornar o PT e Lula (principal liderança da organização) entes agradáveis à classe dominante local. Sobre esse processo de metamorfose, podemos concluir o seguinte:

De maneira nenhuma tal transformação pode ser lida como uma simples mudança de um partido revolucionário a um reformista; mas sim de uma agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática (SECCO, 2011, p. 186).

O primeiro período do PT, visto até 1989, foi denominado por Singer como “espírito de Sion” que animava os militantes “pela aspiração de que a volta ao estado de direito representasse também um reinício do país, como se fosse possível começar do zero” (SINGER, 2012, p. 87). Já o segundo período, denominado como “espírito de Anhembi”, teve

como desfecho a famosa Carta ao Povo Brasileiro, de 22 de junho de 2002, sendo o resultado das transformações que o partido passou desde 1990. Mais que uma simples carta, o escrito se configurou num expressivo documento histórico. Nele, o PT se comprometia a atender as exigências da classe dominante local (e conseqüentemente de seus aliados externos), assegurando o pacto conservador apontado acima como uma das principais características do lulismo. Sobre o papel histórico dessa carta, aponta Singer:

Quando o comitê de Lula decidiu comprometer-se com as exigências do capital, cujo pavor de suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava à instabilidade nos mercados financeiros, foi dado o sinal de que o velho radicalismo petista tinha sido, no mínimo, suspenso. Mas poucos foram os que entenderam o simbolismo do gesto. De início, pareceu apenas uma decisão de campanha, mesmo que um mês depois o Diretório Nacional, reunido no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo, tenha aprovado, contra o desejo de parcelas da esquerda partidária, as propostas antecipadas pela carta, transformando-as em orientações oficiais (SINGER, 2012, p. 96).

A Carta ao Povo Brasileiro deu início ao fenômeno do lulismo pois, foi após a aceitação do nome de Lula pelos setores dominantes, que o mesmo começou a ganhar uma maior popularidade entre as classes mais baixas da sociedade brasileira. Vale lembrar que, aponta Singer, a principal razão das derrotas do Lula nos pleitos de 1989, 1994 e 1998 foi o baixo número de votos do petista entre as camadas sociais mais baixas. Nessas três eleições, o “conservadorismo popular” venceu Lula no segundo turno, pois, “Percebia-se vagamente, um poder de veto das classes dominantes, o qual residia na capacidade de mobilizar o voto de baixíssima renda contra a esquerda” (SINGER, 2012, p. 59).

Por último, uma pesquisa desenvolvida por Mendes e Venturi (1994, p. 43-5), mostrou que em 1994 Lula obteve êxito entre estudantes, funcionários públicos e trabalhadores assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior completa. Por outro lado, FHC obteve a maioria dos votos entre trabalhadores sem registro formal, ou seja, desvinculados da organização sindical e com baixo nível de escolaridade. Diante de três derrotas consecutivas, o PT buscou mudar sua tática, visando apoio de setores da direita (como o vice de Lula, José Alencar) e das classes sociais dominantes. Mesmo assim, Lula ainda teve dificuldades em angariar os votos dos mais pobres nas eleições de 2002. É por isso que, mesmo tendo dado seus primeiros passos através da Carta ao Povo Brasileiro, selando de vez seu pacto conservador, o lulismo como fenômeno político-eleitoral só terá sua expressão máxima em 2006, quando Lula finalmente consegue maioria absoluta entre os mais pobres, tornando-se um representante do que Singer chamou de subproletariado.

Segundo Singer, o subproletariado são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”, como exemplo dessa classe social temos “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (SINGER, 1981, p. 22). Diante de um país marcado historicamente e estruturalmente pelo desenvolvimento desigual (FURTADO, 2007), o subproletariado será representado, majoritariamente, na região Nordeste, onde o lulismo terá expressão significativa. Ao manter a ordem, expandindo o mercado interno e favorecendo esse numeroso (e abandonado) subproletariado, Lula conseguiu uma reeleição tranquila em 2006, permitindo que tivesse a legitimidade necessária para a justificação da vinda de megaeventos esportivos como a Copa do Mundo (e as Olimpíadas) para o Brasil.

Concretamente, a fórmula do sucesso lulista foi baseada nos seguintes pontos: a) criação e expansão do Bolsa Família, programa social que, baseado na ideia de renda mínima, permitiu uma melhora gradual na condição de vida dos mais pobres (ou seja, do subproletariado); b) controle dos preços, incentivando o poder de compra entre as camadas pobres da sociedade brasileira; c) valorização real do salário mínimo; d) crédito consignado, incluindo empréstimos à agricultura familiar, o microcrédito e a bancarização de pessoas de baixíssima renda; e) por fim, a implementação de programas sociais específicos como o Luz para Todos, Fome Zero, Primeiro Emprego etc. Essa economia próspera, aliada a uma estabilidade política que mantinha os mais pobres satisfeitos com o pacto conservador lulista, facilitou não só a vinda dos megaeventos esportivos para o Brasil, como sua consequente justificação frente a opinião pública nacional. Segundo Ouriques:

Esses agentes administradores dos megaeventos esportivos possuem amplo domínio de mercado, do crescimento dos países através do seu PIB e das possibilidades regionais de ampliação dos mercados, assim como de seus chefes de Estado, suas necessidades e circunstâncias políticas atuais. Eles perceberam que os países dependentes – mesmo que isso represente uma mentira sociológica, pois o subdesenvolvimento não é um estágio e sim uma situação permanente – significam possibilidades novas para uma ampla e farta alimentação, ou ganhos de capital no espaço e no tempo (OURIQUES, 2014a, p. 35).

Como principal agente administrativo da Copa do Mundo, a FIFA observou com atenção a expansão do mercado interno brasileiro e o crescimento econômico (medido, entre vários índices, pelo crescimento do PIB) do Brasil sob o Governo Lula. Percebendo o Brasil, país dependente, como uma nova e segura possibilidade de fartos ganhos, os representantes da FIFA se fortaleceram ao ter como aliado o principal Chefe de Estado do país. Diante da

formação e desenvolvimento do fenômeno lulista analisado acima, fica mais claro o entendimento das razões que o transformaram num forte aliado dos interesses da FIFA dentro do Estado brasileiro. Em suma, o Governo Lula foi não só um dos responsáveis pela vinda da Copa do Mundo FIFA ao país, como também se configurou (influindo sobre sua sucessora) como um expressivo polo discursivo a ser considerado nessa pesquisa. No caso, um aliado estatal dos interesses da FIFA, atuando na esfera nacional desse processo.

3.3 O Discurso Lulista: entre o Legado e a Brasilidade

Ainda sobre a importância do Governo Lula para a realização da Copa do Mundo no Brasil (e, conseqüentemente, em Pernambuco), vale analisar a retórica lulista baseada na “panaceia do legado” e no “mito da brasilidade”. A realização dessa análise será baseada em matérias jornalísticas do dia 31 de outubro de 2007, marcado pela oficialização do Brasil como país-sede desse megaevento. Como a análise de matérias jornalísticas estará presente em todo o trabalho, vale a pena tecer um breve comentário sobre a metodologia utilizada. Antes da análise do material escolhido, busco conceituar a análise documental e quais são suas principais características. Para a realização desse exercício, utilizo as reflexões feitas por Cellard (2014). De imediato, podemos indagar: qual o principal objetivo da análise documental? Seu papel é reconstruir fatos, sejam eles referentes a um passado remoto ou recente.

Essa reconstrução não permite, ao menos em parte, a influência direta do pesquisador na coleta de dados. Sendo assim, “A informação, aqui, circula em sentido único, pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares” (CELLARD, 2014, p. 295-6). Graças aos avanços propostos pela Escola de Annales, a noção de documento diversificou-se e não ficou limitada aos documentos oficiais. Tudo que possa representar vestígios do passado, seja ele remoto ou presente, pode ser considerado um documento. Por se tratar de um jornal, o documento escolhido neste trabalho se enquadra em um documento escrito e público.

O exame minucioso e o esgotamento de pistas, são alguns caminhos a serem seguidos pela análise documental. Dentro das limitações desse trabalho, viso cumprir com esses requisitos. Além do mais, também dentro das limitações do trabalho, busco seguir o tutorial de analisar contexto, autor ou autores, confiabilidade, natureza e lógica interna do texto em questão. Pelo menos essa será a tentativa deste trabalho, em suma, realizar uma análise documental de uma edição de jornal significativa para o passado recente do país. Sobre a

qualidade do documento, podemos verificar que a edição do jornal se configura como uma testemunha direta do que estão relatando e o tempo entre o acontecimento e a descrição foi de menos 24 horas. Essas informações podem demonstrar a qualidade da fonte com relação à reconstrução do fato. Já para sabermos se estão equivocados ou não nas descrições, precisamos de uma análise mais acurada para entender qual das narrativas em disputa tiveram mais espaço na edição e como suas argumentações foram colocadas no material produzido.

O entendimento do contexto em que o documento foi inserido é de suma importância para a análise documental, pois “Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos” (CELLARD, 2014, p. 299- 300). Tal compreensão necessita ser a mais universal possível, isso porque nunca sabemos exatamente quais os elementos da vida social que será útil conhecer quando chegar o momento de interpretar e explicar os elementos contidos no documento. Desta forma, a tarefa do pesquisador é compreender o máximo possível a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou a produção do documento em análise. Mas qual a conjuntura que rodeava a edição da *Folha de S. Paulo* do dia 31 de outubro de 2007? Em outubro de 2007 o Brasil vivia o início do segundo governo Lula, iniciado exatamente em janeiro desse mesmo ano. Sobre Lula e seu governo, dissertei acima com detalhes sobre a trajetória do PT e o desenvolvimento/características do lulismo.

A capa da *Folha de S. Paulo* do dia mencionado, trouxe a seguinte manchete: “Copa do Mundo de 2014 será no Brasil”. Na foto, temos da esquerda para a direita as seguintes personalidades: Marta Suplicy (Ministra do Turismo), Orlando Silva (Ministro dos Esportes), Paulo Coelho (escritor), Dunga (técnico da Seleção Brasileira), Lula (Presidente da República), Romário (ex-jogador), Ricardo Teixeira (Presidente da CBF) e Joseph Blatter (Presidente da FIFA). Na imagem, o presidente Lula está discursando e sendo aplaudido por todos, exceto Romário (que segura a taça oficial da Copa do Mundo) e Teixeira. A capa, por intermédio dessa foto, mostra a relevância da figura do presidente na construção do Brasil como país-sede. Ela também reúne representantes oficiais do polo discursivo que buscou construir a imagem da Copa do Mundo no Brasil como um investimento. É o caso da FIFA, proprietária e principal beneficiária do megaevento, e seus aliados no Estado brasileiro, representado oficialmente pelo presidente e dois de seus ministros.

A foto, em tom formal, acaba encarnando a natureza da candidatura do Brasil: uma postulação construída e definida entre burocratas, sem envolvimento da população brasileira. Vale destacar que, apesar de ser considerado o país do futebol, não se teve nenhuma

manifestação de rua em festejo pela candidatura vitoriosa. Logo, a imagem de um povo festejando nas ruas por recepcionar a maior competição envolvendo o futebol é substituída pelo formalismo de quem decidiu o país-sede da Copa do Mundo de 2014 através de negociações nos bastidores. A página de esportes é aberta com uma matéria interessante do jornalista Marcelo Ninio, intitulada “Nacionalismo marca volta da Copa ao país após 57 anos”⁶, seguido de uma foto de Blatter que, com a mão direita, levanta o cartaz que confirma o Brasil como país-sede. O *Brazil*, escrito em língua inglesa, é acompanhado por um *made in* que talvez possa soar irônico para uma matéria que vem destacar o nacionalismo presente entre aqueles que construíram a candidatura brasileira.

Como pontua a matéria, esse nacionalismo não teve origem na população, mas sim nas figuras beneficiadas pela vitória da candidatura brasileira. Diz a matéria indicada: “O anúncio não causou surpresa, pois a candidatura brasileira era única. O que marcou foi a exaltação nacionalista de políticos, cartolas e membros do estafe da CBF durante a cerimônia na FIFA, em Zurique” (NINIO, 2014, Esporte, D1). Mas qual a natureza desse nacionalismo? Basicamente, ele mobilizou antigas tradições inventadas presentes na sociedade brasileira, como a ideia de pátrias em chuteiras, pontuada na fala do ministro Orlando Silva. Essa ideia, como aponta Silva (2020), faz parte do mito da brasilidade que o discurso lulista mobiliza. Sobre essa ideia de pátrias em chuteiras, fundadora do Brasil como “país do futebol”, recorro à literatura clássica sobre o futebol:

Essa relação entre povo e futebol tem sido tão profunda e produtiva, que muitos brasileiros se esquecem de que ele foi inventado na Inglaterra e pensam que ele é, como a mulata, o samba, a feijoada, o jogo do bicho, o cafuné, a sacanagem e a saudade, um produto brasileiro (DAMATTA, 2006, p. 143).

Ao mesmo tempo que é capaz de mobilizar aspectos românticos, como a ideia de pátria em chuteiras, esse nacionalismo também é capaz de mobilizar aspectos econômicos utilitaristas, como podemos perceber na menção ao propalado legado. Em seu discurso, disse Teixeira: “Segundo estudos da FIFA, a última Copa, na Alemanha, deixou como legado a criação de 40 mil empregos permanentes” e concluiu: “O modelo proposto para a Copa no Brasil prevê a prioridade para os investimentos privados na construção e na reforma dos estádios, deixando os recursos públicos para a modernização da infra-estrutura” (NINIO, 2014, Esporte, D1). Lula, assim se expressou no dia 30 de outubro de 2007:

⁶ NINIO, M. Nacionalismo marca volta da Copa ao país após 57 anos. **Folha de S. Paulo**, 31 de out. 2007. Esporte, p. D1.

Eu quero tranquilizar os dirigentes da FIFA, não é uma responsabilidade do atual presidente que já não serei mais em 2014, não é apenas a responsabilidade do presidente da confederação, não é apenas a responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado-brasileiro, para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente e estável e nós somos um país que tem sua estabilidade conquistada. Somos um país que temos muitos problemas sim, mas somos um país com homens determinados a resolver esses problemas⁷

Sobre esse nacionalismo, responsabilidade nacional frente a um megaevento privado, sua natureza e ligações com a ideia de legado, podemos afirmar o seguinte:

Os eventos esportivos como expressão mercantil, precisamente esterilizam ou realizam a vontade nacional em algo que é completamente funcional à esfera mercantil, seu invólucro sedutor e ao mesmo tempo castrador. Não por outra razão, tanto a Copa do Mundo quanto a Olimpíada são apresentadas como um momento permitido de realização da vontade nacional, da capacidade de sociedades dependentes realizarem – sempre no âmbito da mercadoria – sua completa capacidade (OURIQUES, 2014b, p. 204).

Esse momento é normalmente visto pelos países dependentes como um valioso instante para o país inserir-se no mundo capitalista desenvolvido, provando desta maneira sua capacidade de organização e civilidade. Por isso, afirmou o então presidente Lula: “Essa escolha é motivo de muita alegria e de muita festa, mas sobretudo motivo para regressarmos ao Brasil sabendo que organizar uma Copa é uma grande responsabilidade” (NINIO, 2014, Esporte, D1). Sobre essas responsabilidades, podemos analisá-las da seguinte maneira:

As obrigações colocadas ao Estado Nacional contemplam as expectativas de desenvolvimento econômico de muitas regiões e cidades com problemas urbanos e, nessa medida, contemplam também as expectativas de negócios da burguesia local e mesmo internacional na realização de negócios imediatos e futuros (OURIQUES, 2014a, p. 37).

Outro ponto levantado por esse nacionalismo mercadológico é a contrariedade diante da crítica, já que qualquer tipo de questionamento à realização do megaevento significa um ataque ao Brasil enquanto Estado-nação. Por isso, segundo Dunga, era necessário “patriotismo” da imprensa brasileira (NINIO, 2014, Esporte, D1). Esse ponto fica nítido na

⁷ **Discurso do Presidente Lula**, Zurique, 30 out. 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014>>. Acesso em: 21 out. 2021.

matéria intitulada “Pergunta sobre violência irrita Ricardo Teixeira”⁸, em que o presidente da CBF, ao ser questionado por uma jornalista canadense sobre os altos índices de violência no Brasil, responde com indelicadeza ao afirmar que o problema não era exclusividade do país que acabava de receber a missão de sediar uma Copa do Mundo.

As ideias de Teixeira acharam coro em Lula, que assim respondeu sobre o ocorrido: “Tem gente que acha que, nos países emergentes, não pode acontecer nada. As críticas que fazem ao Brasil, fizeram à África do Sul, à Argentina, ao México, porque tem uma parte das pessoas que acha que as coisas só podem ser feitas nos EUA e na Europa” (NINIO, 2014, Esporte, D2). Nessa fala, Lula utiliza o importante debate sobre a dependência para justificar e defender a realização de um megaevento esportivo privado que, capitaneado por grandes multinacionais, acaba por desenvolver o subdesenvolvimento em países como o Brasil. Falando em Lula, o presidente ganhou uma matéria particular no editorial da *Folha de S. Paulo*, através da matéria do jornalista Clóvis Rossi, intitulada “Com direito a bola e taça, Lula vira torcedor”⁹.

Na matéria, o petista aparece sorridente e segurando a taça oficial da Copa do Mundo. Essa matéria exclusiva sobre o presidente, ajuda a reforçar minha tese de que Lula foi um ator político relevante na vinda da Copa do Mundo FIFA para o Brasil, sendo um representante dos interesses da FIFA (e das multinacionais que a cercam) no Estado brasileiro. Sobre a realização desse megaevento esportivo, ele coloca como uma “tarefa imensa, incomensurável” (ROSSI, 2014, Esporte, D12). Porém, o discurso de Lula em que ele melhor articula a “panaceia do legado” com o “mito da brasilidade” foi o pronunciado em 2010 na cerimônia de apresentação do logo da Copa do Mundo 2014. Afirmou o então presidente da República:

Os indicadores econômicos do Brasil são animadores. O país cresce e se desenvolve. Em 2014 teremos uma economia ainda mais relevante no cenário internacional. Estamos trabalhando duro para que a pujança crescente de nossa economia reflita-se numa Copa vibrante e impecável. Já aprovamos um plano integrado que envolve o governo nacional e os governos locais de doze cidades-sede onde se realizarão os jogos do mundial [...] A Copa será uma grande oportunidade para acelerar os investimentos em infraestrutura necessários para o Mundial e fundamentais para o desenvolvimento do nosso Brasil. Queremos deixar um legado que se refletirá na melhoria das condições de vida do nosso povo. Com o mundial teremos a oportunidade de apresentar ao mundo um novo momento do Brasil. [...] Somos um povo, Joseph Blatter, apaixonado pelos esportes e

⁸ NINIO, M. Pergunta sobre violência irrita Ricardo Teixeira. **Folha de S. Paulo**, 31 de out. 2007.

⁹ ROSSI, C. Com direito a bola e taça, Lula vira torcedor. **Folha de S. Paulo**, 31 de out. 2007. Esporte, p. D12.

apaixonados pelo futebol! Somos um povo apaixonado pela vida e acreditamos que, embora ela seja maravilhosa, pode melhorar mais ainda¹⁰.

Por fim, vale destacar o espaço (mesmo que pequeno) dado pela *Folha de S. Paulo* a críticos do megaevento. É o caso de Tostão, ex-jogador, médico, comentarista esportivo e colunista, que num texto chamado “Hoje a festa é do São Paulo”¹¹ mistura análises sobre a situação de grandes clubes no Campeonato Brasileiro com críticas à realização da Copa do Mundo no Brasil. Segundo o colunista:

O Brasil tem condições de fazer uma bela e organizada Copa. Isso é uma coisa. Outra é dizer que o país vai resolver com o Mundial os seus graves problemas sociais e de infra-estrutura, como disseram na cerimônia da FIFA. [...] A imprensa independente, que não é parceira do evento nem submissa ao governo federal, aos governos estaduais e à CBF, terá de ficar atenta sobre tudo o que vai acontecer nos próximos sete anos (TOSTÃO, 2014, Esportes, D9).

Dentro dos polos discursivos apontados por Damo e Oliven (2014), e que serão discutidos detalhadamente adiante, o foco dessa dissertação se volta para os parceiros estatais e privados da FIFA de um lado e os movimentos sociais do outro. Porém, a mídia esportiva, em sua diversidade, também é considerada por esses autores como um dos polos discursivos que atuaram sobre a opinião pública no pré-evento. Segundo esses autores: “a mídia esportiva – que no Brasil é hegemonicamente voltada ao futebol – é parte inseparável dos megaeventos” e por isso são considerados uma das “instâncias discursivas” (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 152). Apesar de não ser o objetivo principal deste trabalho, acredito ser interessante pontuar as críticas iniciais de Tostão, membro dessa mídia esportiva, à realização da Copa do Mundo no Brasil. Num editorial em que esse megaevento foi vendido por cartolas e políticos como um investimento ao país, o texto de Tostão tem um significado ao mostrar que existiram vozes discordantes e críticas, apesar do pouco espaço em comparação com os polos discursivos comprometidos com a FIFA.

Assim como a *Folha de S. Paulo*, jornal de maior audiência e circulação no país¹², o

¹⁰ **Discurso do Presidente Lula na cerimônia de apresentação do logo da Copa do Mundo FIFA 2014**, Johannesburgo, África do Sul em 8 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/08-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inicio-da-jornada-para-a-copa-do-mundo-da-fifa-brasil-2014>>. Acesso em: 21 de out. 2021.

¹¹ TOSTÃO. Hoje a festa é do São Paulo. **Folha de S. Paulo**, 31 de out. 2007. Esportes, p. D9.

¹² Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação. **Folha de S. Paulo**, 27 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais->

Diario de Pernambuco também repercutiu a oficialização do Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA. As matérias que trataram especificamente do estado de Pernambuco como sub-sede, serão mencionadas e analisadas no capítulo seguinte, onde foco na esfera estadual. Por enquanto, destaco matérias que trataram de temas vinculados à esfera nacional. Na matéria chamada “Cala a boca para Teixeira”¹³, reforçando o que pontuei acima, o editorial destaca as ambições de Teixeira em ocupar a presidência da FIFA. Segundo consta na matéria: “Várias delegações, entre elas a dos Estados Unidos, já procuraram Teixeira para que se apresente como candidato à presidência da Fifa em 2010” (*Diario de Pernambuco*, 2007, *Esporte Total*, p. 6).

Também é pontuado os conflitos entre Teixeira e Blatter que não se agradaria em ter o brasileiro como sucessor e, por isso, aceitou a candidatura do Brasil como país-sede visando ocupar demais o presidente da CBF. No lugar de Teixeira: “Um dos eventuais candidatos apoiados por Blatter seria o ex-jogador francês Michel Platini, considerado afillhado político do cartola e atual presidente da UEFA” (*Diario de Pernambuco*, 2007, *Esporte Total*, p. 6). Em outra matéria, do mesmo editorial, intitulada “Só se o futebol acabar”¹⁴, outra relevante tese é confirmada: a de que o sucesso de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, dependem da boa relação entre governantes e entidades promotoras (no caso, a FIFA). Buscando beneficiar um aliado na promoção do seu megaevento, a FIFA age da seguinte forma:

Embora a FIFA tenha proibido o uso político da imagem da Copa do Mundo, o comitê organizador exibe, na sua proposta, um vídeo que cita o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), principal ação de investimentos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ações de combate à pobreza usadas em campanhas petistas (*Diario de Pernambuco*, 2007, *Esporte Total*, p. 6).

O Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), do lulismo, foi resultado da segunda fase do seu governo que, segundo Singer (2012), foi marcado por três fases. São elas: a) a primeira, entre 2003-2005, foi marcada por políticas neoliberais como elevação da taxa de juros, contenção da despesa pública, manutenção do câmbio flutuante, congelamento do salário mínimo, reforma previdenciária com redução de benefícios, em suma, uma fase que ao se voltar para a “estabilização” da economia representou uma continuação da política

nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

¹³ “Cala a boca” para Teixeira. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 30 de out. de 2007, *Esporte Total*, p. 6.

¹⁴ Só se o futebol acabar. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 30 de out. de 2007, *Esporte Total*, p. 6.

econômica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); b) a segunda, perdurando de março de 2006 até 2009, foi marcada pelo advento de políticas desenvolvimentistas sob liderança do ministro da Fazenda Guido Mantega; c) a terceira, abrangendo os anos de 2009 e 2010, foi marcada pelo aumento da presença estatal na economia, visando a superação dos efeitos da crise financeira de 2008. Sobre a importância do PAC para o salto desenvolvimentista da segunda fase do Governo Lula, destaca Singer:

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, foi o terceiro dado relevante da segunda fase junto com a valorização do salário mínimo e a continuidade de expansão de crédito. “O principal mérito do PAC foi liberar recursos para o aumento do investimento público”, afirma Barbosa. Partindo de um patamar muito baixo, a União quase duplicou o montante orçamentário destinado a investir – de 0,4% do PIB entre 2003 e 2005 para 0,7% entre 2006 e 2008 (SINGER, 2012, p. 149).

Objetivando melhorar a infraestrutura do país com base no dinheiro público, as obras financiadas pelo PAC, que englobaram áreas como saneamento, habitação, transporte etc, foram fundamentais para que o país atingisse o nível de excelência (chamado comumente de “padrão FIFA”) exigido pela FIFA. A íntima relação entre PAC e Copa do Mundo, pode ser visto na divulgação do 3º balanço da Copa do Mundo de 2014, realizado em maio de 2012. Aldo Rebelo, então Ministro dos Esportes, destacou que os empreendimentos do PAC, entre os quais estavam obras em portos e aeroportos, contribuíam para o avanço da infraestrutura necessária para a realização do megavento. “Essas obras não são apenas para a Copa, elas também estão dentro de um planejamento de obras públicas do PAC que fornecerá benefícios para a população local e também para os turistas que estarão presentes no mundial”, explicou o ministro¹⁵.

Esse balanço foi realizado durante o Governo Dilma, sucessora de Lula. Porém, a relação PAC e Copa do Mundo também pode ser observada durante o mandato do petista. Em seu governo, se falou em criar uma espécie de PAC específico para os megaeventos esportivos que o país recepcionaria (Copa do Mundo FIFA em 2014 e Olimpíadas em 2016). Em anúncio de Dilma, ministra da Casa Civil:

“O governo federal nos próximos dias vai fazer uma conjunto de discussões porque achamos que tem que ter um tratamento especial para 2014 e 2016. Podemos até chamar de PAC das Olimpíadas e um para a Copa”, disse. Para ela, as Olimpíadas “tem um significado histórico”, uma vez que o Brasil será

¹⁵ BRASIL. Ministério do Planejamento. **Divulgado 3º balanço da Copa do Mundo de 2014**. Brasília, 23 de mai. de 2012. Disponível em: <<http://pac.gov.br/noticia/165d08c2>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

o primeiro país da América do Sul a receber uma competição olímpica. “É o momento de comemorar o fato de termos deixado de ser o país do futuro para ser o país do presente.”¹⁶

Por fim, a matéria do *Diario de Pernambuco* em análise é concluída colocando Lula como beneficiado politicamente pela oficialização do Brasil como país-sede. Segundo consta: “Beneficiado politicamente na festa de anúncio do país-sede da Copa, o presidente Lula só falará depois que Joseph Blatter oficializar o evento no Brasil, durante uma conferência de imprensa” (Diario de Pernambuco, 2007, Esporte Total, p. 6). Esse beneficiamento, visto em pequenos detalhes como a promoção internacional do PAC sob anuência da FIFA, também pode ser observado sob o prisma da política nacional. A possibilidade de investimento maciço por parte do Governo Federal fez com que os estados, em disputa para se viabilizarem como sub-sedes, e seus governadores, entrassem num certo consenso sobre a importância da realização do megaevento em solo brasileiro. Sendo assim, Lula observou um apaziguamento de setores da oposição que, comandando estados em disputa, amenizaram suas críticas ao governo visando vantagens. Como bem pontua Couto:

A despeito da rivalidade política entre o governo do PT e os partidos adversários, especialmente o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM), a realização da Copa envolveu uma complexa articulação política entre o governo federal e os governos estaduais, já que a possibilidade de distribuição de recursos públicos aos tradicionais parceiros privados – especialmente empreiteiras – se tornou uma obsessão para os governadores de diversos estados brasileiros (COUTO, 2018, p. 25).

Não é à toa que entre os 11 governadores que viajaram para Zurique, capital suíça onde ocorreu o evento que oficializou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo, estiveram presentes declarados opositores do lulismo, como os governadores de Minas Gerais e São Paulo, Aécio Neves (PSDB) e José Serra (PSDB), respectivamente. Encerrando o capítulo, destaco que assim como o editorial da *Folha de S. Paulo*, o editorial do *Diario de Pernambuco* dedicou uma matéria completa sobre o presidente Lula no dia seguinte à oficialização do país. A matéria chamada “Lula provoca argentinos”¹⁷, mostra um Chefe de Estado comprometido com um megaevento esportivo privado. A foto que acompanha a

¹⁶ TORRES, R. Dilma anuncia PAC para Copa do Mundo e Olimpíadas. **UOL**, 08 de out. de 2009. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/dilma-anuncia-pac-para-copa-do-mundo-e-olimpiadas/>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

¹⁷ Lula provoca argentinos. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, 30 de out. de 2007, Esporte Total, p. 4.

matéria, mostra Lula apertando a mão de Blatter, selando simbolicamente a relação entre FIFA e Estado brasileiro. Procurando a aceitação da FIFA e das empresas multinacionais que patrocinam seu megaevento, o petista “garantiu que os 22 membros do comitê executivo da entidade podem ficar “tranquilos” em relação ao sucesso do evento” e afirma: “Estejam certos de que o Brasil saberá, orgulhosamente, fazer a sua lição de casa, realizar uma Copa do Mundo para argentino nenhum botar defeito” (Diario de Pernambuco, 2007, Esporte Total, p. 4).

Com essa fala, o presidente alia, implicitamente, o compromisso econômico e utilitário da “panaceia do legado” com o “mito da brasilidade”. Esse mito está presente não só na provocação aos argentinos, mas também na gafe envolvendo Platini e os elogios à nação brasileira como um povo adequado para a recepção de um megaevento internacional. Segundo Lula, “O tratamento que esse povo dará, estejam certos, marcará a história das Copas do Mundo” (Diario de Pernambuco, 2007, Esporte Total, p. 4). Segundo Ouriques, tal narrativa pode ser assim interpretada:

A realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil expressa ou pretende ser – como é fácil perceber no discurso dos políticos e do ex-presidente Lula em especial – aquele momento em que ser latino-americano, tradicionalmente dominado e oprimido pela classe dominante mundial – pode, finalmente, revelar seu talento e capacidade a luz do dia, realizando um evento cujo destino não pode ser outro que a “melhor edição esportiva já realizada na face da terra” (OURIQUES, 2014b, p. 203).

Neste capítulo, debati e analisei o cenário político e econômico do país no período que antecedeu a realização da Copa do Mundo FIFA em 2014. O foco foi analisar com detalhes as relações entre Teixeira e Lula, concluindo com a importância do fenômeno político do lulismo para a vinda desse megaevento esportivo para o país. Entendendo esse cenário nacional, incluindo o lulismo que teve um sucesso expressivo em Pernambuco, será possível compreender com mais clareza o cenário estadual, que manteve diálogo constante com a situação do país. No próximo capítulo, a discussão se volta para Pernambuco e suas particularidades, além de uma análise detalhada sobre os polos discursivos que baseiam essa dissertação.

Por enquanto, é possível identificar Lula e sua sucessora como expressivos representantes do polo discursivo que, dentro ou fora do Estado, compartilhou da narrativa da FIFA que enxergou a realização da Copa do Mundo como um investimento para o país; posicionamento oposto aos movimentos sociais, como o Comitê Popular da Copa e o citado

Tostão, que enxergaram e denunciaram a promoção desse megaevento esportivo como um gasto. Essa promoção, como veremos adiante, não se mostrava apenas como um gasto para esse polo discursivo, como também representava a supressão de direitos a setores historicamente oprimidos da sociedade brasileira. Sendo assim, baseado em Curi (2017), se faz necessário analisar o empreendimento Copa do Mundo FIFA no Brasil como um promotor de legados no plural, tendo em vista o aumento ou a diminuição de *status* para as diferentes classes sociais em jogo.

4 A COPA CHEGA EM PERNAMBUCO

Debatido o cenário nacional e a consequente relevância do lulismo na vinda da Copa do Mundo 2014 para o país, entro na análise do cenário pernambucano. O estado de Pernambuco é um dos mais tradicionais do Brasil, quando o assunto é futebol. Essa tradição é medida pela história dos três principais clubes do estado, situados em Recife. São eles: o Clube Náutico Capibaribe, fundado em 1901; o Sport Club do Recife, fundado em 1905 e, por último, o Santa Cruz Futebol Clube, fundado em 1914. Através dessas três instituições, carregadas por torcidas massivas e apaixonadas, Pernambuco construiu uma rica história no esporte mais popular e consumido do Brasil. Tal tradição contribuiu para o estado ter sido sub-sede nas duas edições de Copa do Mundo sediadas no país. Se em 2014 foi construída a Arena de Pernambuco, em 1950 o estádio pernambucano que recebeu jogos de Copa do Mundo foi a Ilha do Retiro que, na época, era a maior praça futebolística da cidade. A comparação entre 1950 e 2014 segue sendo importante. Em 1950, a Ilha do Retiro (estádio que recebeu Chile 5x2 Estados Unidos, única partida em solo pernambucano e nordestino naquela edição), passou por uma pequena reforma para atender as poucas exigências da FIFA. Além disso, os custos ficaram sob responsabilidade do Sport, proprietário do estádio.

A reforma custou cerca de 1,2 milhões de cruzeiros, girando hoje em torno de 2,14 milhões de reais, segundo Farrugia *et.al.* (2013). Devido ao alto valor à época, o clube necessitou de doações de torcedores, assim como de rifas vendidas nas ruas. Essas informações demonstram que o cenário de 1950 é totalmente diferente de 2014, quando foi construído o Estádio Governador Carlos Wilson Campos (mais conhecido como Arena de Pernambuco), sob Parceria Público-Privada (PPP) e num local onde antes não havia um

estádio. Sobre as cifras: foi estimado em abril de 2013, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), um valor de 529,5 milhões de reais, com 400 milhões sob financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apontado por Damo e Oliven (2014). Não se tratou, portanto, de uma reforma, mas de uma nova construção com significativa contribuição do dinheiro público.

Diante disso, surgem questionamentos da seguinte natureza: como se comportou a mídia pernambucana diante desses acontecimentos? Ou melhor, quais polos discursivos tiveram mais espaço e como suas perspectivas sobre a realização do megaevento foram representadas? A ideia de enxergar a Copa do Mundo como um investimento recebeu influência direta de órgãos governamentais que serviram de reprodutores dos interesses da FIFA, vendedora do megaevento. Esses órgãos abrangem representantes federais, estaduais e municipais. Além, claro, de representantes da iniciativa privada, como as empreiteiras. A base argumentativa dessa visão foi centrada na ideia de legado, ou seja, aquilo que permanece após a competição e que, por isso, torna justificável a presença de investimentos públicos, pois se tratava de um conjunto de melhorias para a sociedade civil.

Enfim, trata-se de uma “percepção de que deixará uma herança importante em termos econômicos, sociais, culturais e mesmo ambientais” (PRONI, 2014, p. 93). Por outro lado, a perspectiva que enxergou a realização da Copa do Mundo como um gasto foi defendida por movimentos sociais, tendo o Comitê Popular da Copa como seu principal representante. Entretanto, os questionamentos em torno desse megaevento ultrapassaram esses movimentos sociais organizados, (a maioria posicionados politicamente à esquerda do Governo Federal, chefiado pelo PT) e chegaram a setores não organizados da sociedade civil.

As chamadas Jornadas de Junho em 2013, que ocorreram durante a Copa das Confederações (competição que ocorre um ano antes da Copa do Mundo e que serve como uma espécie de teste para o país-sede) e que tiveram repercussão em Pernambuco, foram um exemplo do aguçamento dessa visão questionadora. Segundo esses críticos, “os gastos públicos em equipamentos esportivos são mal planejados, mal executados e acabam favorecendo grupos restritos, entre os quais se encontram as grandes empreiteiras e os próprios políticos” (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 154). Em suma, esses críticos acreditam que a realização da Copa do Mundo representa uma festa da burguesia internacional, representada pela FIFA e suas parceiras multinacionais, que em aliança com a burguesia local, representada pelas empreiteiras, fazem os trabalhadores dos países-sede pagarem a conta de um megaevento que não traz benefícios concretos ao conjunto da sociedade civil.

A representação desses dois discursos ou polos discursivos no *Diário de Pernambuco*,

surge como o objetivo deste trabalho. A escolha exclusiva pelo *Diario de Pernambuco* se apresenta por dois motivos: a) a tradição do jornal, o maior do estado e o primeiro periódico a circular na América Latina; b) as limitações impostas pela pandemia da Covid-19 no Brasil, limitando minhas visitas ao Arquivo Público de Pernambuco e, conseqüentemente, impedindo que realizasse uma análise comparativa com outros veículos de comunicação como o *Jornal do Commercio*, por exemplo. O jornal *Diario de Pernambuco* servirá de fonte para o embasamento de um debate sociológico mais amplo. Os exemplares analisados respeitam um recorte temporal que vai de outubro de 2007 (quando o Brasil foi anunciado país-sede da Copa do Mundo de 2014) até a inauguração da Arena de Pernambuco em maio de 2013. Entretanto, matérias realizadas posteriormente a esse recorte temporal aparecem durante a análise, assim como fontes jornalísticas para além do *Diario de Pernambuco*. Isso mostra que, apesar das limitações impostas pela pandemia, busquei alternativas que tornassem a investigação mais flexível e plural.

4.1 Megaevento Esportivo e a não Neutralidade do Estado

Neste capítulo, analiso com detalhes as matérias coletadas no Arquivo Público de Pernambuco, durante o recorte temporal de outubro de 2007 a maio de 2013. Como complemento a esse recorte, utilizarei matérias produzidas após maio de 2013, já sob o formato *online*, abarcando outros veículos de comunicação como o *Jornal do Commercio*. Sobre as matérias coletadas *in loco*, foi possível realizar uma análise de 2007 a 2013, englobando 31 meses que tiveram em seus exemplares matérias relativas a Copa do Mundo 2014 em Pernambuco. De imediato, é possível concluir a seguinte afirmativa sobre essas matérias: existiu uma ausência, dentro do recorte temporal analisado, do polo discursivo contrário aos interesses da FIFA. Mesmo tendo sido fundado em 2010, o Comitê Popular da Copa de Pernambuco, com sua narrativa crítica ao megaevento esportivo oferecido pela FIFA, não esteve presente em nenhuma das matérias coletadas. Isso significa que o polo discursivo contrário, aquele representado pela FIFA e seus aliados internacionais e nacionais, esteve presente de forma hegemônica nas matérias do *Diario de Pernambuco* sobre a realização da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco. Iniciando o aprofundamento dessa discussão, é possível apontar que:

É fato que existia um conteúdo produzido por militantes, acadêmicos e voluntários, o que gerou, e gera ainda, informações sobre a Copa do Mundo. Contudo, tal conteúdo mostra-se insuficiente para romper o silenciamento da

grande mídia (FIGUEIREDO; AMORIM, 2019, p. 67).

Para facilitar a análise dessas matérias, adotei uma categorização que divide esse material coletado em três categorias: a) Sobre Pernambuco, ou seja, matérias que focam na candidatura do estado ao posto de sub-sede; b) Sobre FIFA, ou seja, matérias que constam a atuação dessa instituição no Brasil/Pernambuco e que versam sobre os aliados dessa instituição a nível nacional/estadual/municipal; c) Sobre críticos da FIFA, ou seja, matérias que possam vir a criticar a atuação dessa instituição. Diante do silenciamento do polo discursivo crítico ao megaevento esportivo em questão, a última categoria se encontra esvaziada, sem a presença de organizações políticas como o Comitê Geral da Copa PE. Essas categorias, muitas vezes, não aparecem nas matérias em seu estado puro, significando que na mesma matéria é possível encontrar elementos que façam parte de duas ou mais categorias. Por fim, essas categorias foram formuladas com fundamento na seguinte reflexão teórico-metodológica:

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2004, p. 147).

Tais categorias respeitam o marco teórico discutido nessa dissertação e sua escolha vem otimizar a análise dos dados coletados. E por falar nesse marco teórico, a análise das matérias coletadas dialogam com os impactos positivos/negativos (principalmente com os negativos, vistos com mais intensidade) dos megaeventos esportivos apontados por Preuss (2008). Ainda sobre esse marco teórico e suas vinculações com as categorias construídas, já foi discutido acima os conceitos de megaevento esportivo, a ideia de legado que o cerca e a evolução da FIFA. Porém, se faz necessário tecer alguns comentários sobre os apoiadores locais da FIFA que estão presentes no Estado brasileiro e na iniciativa privada. Para tecer tais comentários é preciso discutir a concepção de Estado e a natureza da classe dominante local que orientam essa pesquisa. Como foi pontuado anteriormente, a FIFA necessita de aliados para a execução de seu megaevento esportivo e, esses apoiadores, estão presentes dentro e fora do Estado responsabilizado por sediar a Copa do Mundo como país-sede.

Dentro de um debate sociológico amplo, a concepção de Estado adotada se vincula às formulações marxistas, especificamente as observadas em Lênin (2007) e Althusser (1985). Segundo o primeiro, a natureza do Estado pode ser assim resumida:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2007, p. 27).

Pensando segundo esta perspectiva, o Estado não seria uma instituição neutra e seu posicionamento estaria alinhado à classe social que o hegemoniza. Desta forma, “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LÊNIN, 2007, p. 27). Com base nessa concepção de Estado, fica mais fácil compreender o apaziguamento dos conflitos entre PT e PSDB pontuados na página 35; partidos que naquele contexto protagonizavam uma ferrenha disputa política em âmbito nacional. Os vários atores políticos inseridos no Estado brasileiro, seja a nível nacional, estadual ou municipal, optaram pelo apaziguamento dos conflitos políticos, graças a um grande projeto que vinha beneficiar vastos setores da classe dominante local que a financia de diversas formas.

Já essa classe dominante local pode ser identificada como a apoiadora da FIFA na iniciativa privada, apesar de sua íntima relação com o Estado brasileiro, através de financiamentos de partidos políticos e campanhas eleitorais. Considerando o megaevento esportivo Copa do Mundo como uma das formas de reprodução do colonialismo moderno, em que “os “organizadores”, ou seja, as organizações despóticas – FIFA e COI – todos os dias repetem discurso sobre as vantagens da realização do evento para a sociedade nacional” (OURIQUES, 2014b, p. 206), ele necessita de aliados internos que proporcionem a estabilidade política (mesmo que isso signifique recorrer a aparelhos repressivos do Estado, como foi visto no Brasil durante manifestações que visavam questionar a realização da Copa do Mundo) e econômica (observada através de investimentos e/ou a garantia destes) necessária à realização da empreitada. Historicamente, essa classe dominante local, que ocupa variados setores da economia, tende a um posicionamento de submissão aos interesses estrangeiros que pode ser justificado a partir dessa reflexão:

Qual a origem desta capitulação burguesa? O grau de desenvolvimento da tecnologia moderna não permite a um país atrasado desenvolver-se suficientemente sem contar, ao menos em certo momento, com o auxílio de elementos técnicos e científicos dos países desenvolvidos. No âmbito capitalista, e em função do monopólio mundial dos capitais, dos mercados e das patentes, é impossível para um capitalismo atrasado trilhar o caminho do desenvolvimento sem o suporte destes capitais. Ao mesmo tempo, o

imperialismo, que vem realizando um processo de integração mundial, penetrou profundamente nos setores mais lucrativos da economia desses países, em aliança com poderosas forças internas (SANTOS, 2018, p. 149).

Esclarecidos esses pontos, que conectam as categorias criadas com as reflexões teóricas norteadoras da pesquisa, me encaminho para uma análise detalhada das matérias coletadas a começar pelas categorias “Sobre Pernambuco”, regionalizando as contradições observadas durante a preparação do Brasil/Pernambuco como sede e sub-sede da Copa do Mundo 2014. Em seguida, analiso as categorias “Sobre FIFA”. Por último, encerro com a categoria “Sobre críticos da FIFA”. Diante da ausência e silenciamento deste polo discursivo, responsável por uma narrativa contrária à realização da Copa do Mundo em Pernambuco, realizarei uma análise do dossiê produzido pelo Comitê Popular da Copa em Pernambuco; um documento tão importante para as conclusões dessa pesquisa quanto as matérias produzidas pelo *Diario de Pernambuco*.

4.2 Eduardismo e Cenário Estadual em Jogo

Como será possível perceber, as categorias “Sobre Pernambuco” e “Sobre FIFA” encontram-se muitas vezes misturadas nas matérias do *Diario de Pernambuco*. Diante disso, acho pertinente indicar algumas conclusões gerais e trabalhar as análises em cima delas. Dos principais pontos que foram possíveis identificar da análise dessas matérias, destaco: a) a construção da candidatura de Pernambuco como sub-sede, facilitada pela íntima relação entre o presidente Lula e o governador Eduardo Campos e pelos empreendimentos da Arena de Pernambuco e a Cidade da Copa; b) as violações de Direitos Humanos em torno da construção da Arena de Pernambuco, evidenciada através das remoções e greves; c) a atuação coercitiva da FIFA no Brasil e em Pernambuco, observadas por meio das constantes inspeções, ameaças e interferências na política interna brasileira e conseqüentemente pernambucana; d) o teor positivo dado pelo *Diario de Pernambuco* à recepção da Copa do Mundo 2014 em Pernambuco, identificado por meio da constante presença do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA, responsável pelo ideário de que os gastos públicos representavam, na verdade, investimentos que colocariam o país-sede (e suas sub-sedes) no caminho da modernidade.

Se a candidatura do Brasil como país-sede contou com a colaboração de Lula, Pernambuco teve em Eduardo Campos seu principal ator político na construção de sua postulação à sub-sede. Neto de Miguel Arraes, Eduardo Campos foi deputado estadual,

federal, ministro da ciência e tecnologia do Brasil (durante o governo Lula) e governador de Pernambuco por dois mandatos consecutivos. Durante essa expressiva trajetória política, transformou-se na principal liderança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e terminou seus últimos dias de vida como candidato à Presidência da República. Sua atuação pela candidatura de Pernambuco foi apenas um ponto que transformou Eduardo Campos numa figura política de envergadura nacional. Essa envergadura nacional ganhou impulso a partir de 2012, quando o PSB, ao se descolar de seus antigos aliados, conseguiu tirar a Prefeitura do Recife do comando petista. Sobre essa vitória eleitoral e sua importância na trajetória política de Eduardo Campos, assim como sobre a política pernambucana, aponta Oliveira:

O sucesso eleitoral de Geraldo Júlio possibilitou a origem do termo eduardismo. Desse modo, o termo significa a capacidade do governador Eduardo Campos em influenciar a escolha dos eleitores. O eduardismo é composto por indicadores qualitativos e quantitativos. O indicador qualitativo advém de pesquisas qualitativas realizadas na cidade do Recife que revelaram que os eleitores consideravam Eduardo Campos um governador trabalhador e dedicado à coisa pública. O indicador quantitativo é proveniente da aprovação da sua gestão à frente do governo de Pernambuco. Em setembro de 2012, Eduardo era aprovado por 80% (ótimo/bom) dos eleitores recifenses. Portanto, os ingredientes que integram o eduardismo são: “governador trabalhador”, “governador dedicado à coisa pública” e governador com alta aprovação (OLIVEIRA, 2015, p. 6).

Mas, antes do fenômeno do eduardismo eclodir em 2012, o governador de Pernambuco se mostrou um importante e forte aliado do governo Lula que, no contexto em análise, representava um dos principais polos discursivos em defesa dos interesses da FIFA. Sendo assim, o Governo do Estado de Pernambuco, sob comando direto de Eduardo Campos de 2007 a 2014 (se afasta em abril de 2014 para disputar à Presidência, entretanto, deixa em seu lugar correligionários), também pode ser considerado um representante desse polo discursivo atrelado à FIFA. A relação íntima e de confiança entre Lula e Eduardo Campos pode ser verificada numa matéria do *Diário de Pernambuco*, datada de 1º de novembro de 2007 e intitulada “Pressão já começou” (a categoria “Sobre FIFA”). A matéria relata a pressão da CBF (pressionada pela FIFA) sobre políticos brasileiros.

Essa pressão tinha como objetivo fazer com que a CPI, com o objetivo de investigar as relações entre o Corinthians e a *Media Sports Investment* (MSI), não avançasse. O movimento contava com o apoio de diversos governadores que, desejosos de serem sub-sedes, atendiam obedientemente as exigências da CBF/FIFA. Para a FIFA, a criação de CPI's não agradava e poderia afetar investimentos estrangeiros interessados no megaevento. Entre os governadores

mais articulados pelo enfraquecimento da CPI, estava Eduardo Campos, como bem demonstra a matéria:

Assim funciona: Teixeira pressiona os governadores, que por sua vez pressionam os deputados e senadores. A moeda de troca é a possibilidade de sediar jogos da Copa em 2014. Quem quer partidas em seus estados deve ser contra a CPI. A Agência Estado apurou que os governadores de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), Pará, Ana Júlia Carepa (PT), e Distrito Federal, José Roberto Arruda (PSDB), seriam os mais empenhados em derrubar a CPI. Os três estiveram em Zurique nesta semana, a convite de Ricardo Teixeira¹⁸.

Vale lembrar que Eduardo Campos esteve presente na cerimônia oficial que confirmou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo 2014. Realizada em Zurique, Suíça, a cerimônia contou com vários dirigentes, 11 governadores e celebridades (como destacou a capa do *Diário de Pernambuco*, datado de 29 de outubro de 2007), ou seja, com a presença direta de Lula e Eduardo Campos (como destaca, utilizando diretamente o nome dos dois políticos, a capa do dia 30 de outubro de 2007). A presença do governador de Pernambuco nessa cerimônia, mostra a força política que o estado desenvolvia na construção de sua candidatura. Reforçando a atuação de Eduardo Campos no trajeto que levou Pernambuco ao posto de sub-sede, vale a análise da matéria intitulada “Exemplo Holandês” (ligada a categoria “Sobre Pernambuco”) de 07 de novembro de 2007. Aproveitando sua passagem pela Europa, o governador de Pernambuco decide conhecer o projeto em torno da *Amsterdam Arena Stadium* (AAS), assumindo a inspiração que o empreendimento exercia sobre o estádio que seria construído no estado.

Naquele momento, Eduardo Campos trabalhava com o projeto da Arena Recife-Olinda, depois substituído pelo projeto que deu origem à Arena de Pernambuco em São Lourenço da Mata. O governador assumiu também o interesse dos investidores holandeses em construir uma arena semelhante a AAS em Pernambuco. Mas, como se tratava de um projeto que teria dinheiro público envolvido, se fazia necessário justificar um empreendimento que reunia estádio de futebol, centro de compras, cinemas, centro de convenções etc. A justificativa, visando atingir a maioria da população pernambucana, mesmo que na prática as vantagens beneficiassem grupos privados, girava em torno do melhoramento urbano. O local escolhido para a execução desse projeto era estratégico: seria o Complexo Salgadinho, bairro pobre, que necessitava de um projeto de melhoramento urbano, apenas realizável através da execução desse empreendimento. Segundo Curi:

¹⁸ Pressão já começou. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 10.

Os poderes governamentais precisam justificar tais investimentos como essenciais ao bem-estar da cidade. É o que ocorre com aquilo descrito como legado do evento. Os políticos representam a população toda e, portanto, são obrigados a (dizer) defender um legado para toda a população e não só para os membros do comitê organizador, que é uma entidade privada. Esse legado normalmente é formulado pelos representantes políticos e esportivos de uma forma bastante genérica e não em exemplos específicos locais (CURI, 2013, p. 77-8).

Essa última reflexão referente à formulação de um legado que não se baseia em exemplos específicos locais é comprovada pelo conjunto da matéria que, seja no título ou nas declarações de Eduardo Campos, coloca um empreendimento vivenciado em Amsterdã como parâmetro exemplar para lidar com as limitações e contradições de uma cidade como Recife; integrante de um país pobre, dependente e marcado por uma intensa desigualdade regional, como é o caso do Brasil. Entretanto, ao seguir todo o roteiro descrito acima, Eduardo Campos se torna peça importante na candidatura de Pernambuco, sendo um relevante e ativo representante do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA. No caso, um representante a nível estadual. A atuação direta de Eduardo Campos ainda pode ser observada no caso Odebrecht. Em matéria intitulada “Odebrecht é a favorita para construir a arena” (categoria “Sobre Pernambuco”) de 20 de setembro de 2009, quando a transferência da arena para São Lourenço da Mata já havia sido realizada, o *Diário de Pernambuco* informa sobre a empresa que seria responsável pela construção da Arena de Pernambuco. É a primeira menção à empresa que estaria presente em Pernambuco não apenas no empreendimento da arena multiuso em São Lourenço da Mata, mas em outras construções relevantes no período, como a Refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca.

O primeiro ponto a ser destacado da matéria é a ligação entre capital nacional e internacional, observado no seguinte trecho: “Como o consórcio é uma exigência do edital, a Odebrecht atuaria em conjunto com a ISG (*International Stadia Group*) Brasil Empreendimentos, que é responsável – entre outros estádios – pela gerência do estádio de *Wembley*, em Londres”¹⁹. Além disso, o projeto englobando a Arena de Pernambuco e a Cidade da Copa, vendida pelo governo do estado como uma forma de justificar a transferência domiciliar do projeto, foi totalmente oferecido para as mãos da Construtora Odebrecht: “Num primeiro momento, o consórcio terá que construir, em três anos, a arena, numa área total de 50 hectares. Depois, ela terá um tempo maior para construir a Cidade da Copa (nos outros 220

¹⁹ ZIPORLI, C. Odebrecht é a favorita para construir a arena. **Diário de Pernambuco**, Esportes Total, p. A16.

hectares do terreno às margens da BR-408), cujo orçamento total é de R\$ 1,59 bilhão”²⁰. A entrega fácil da cidade à construtoras como a Odebrecht, envolvendo dinheiro público, estaria relacionada a um projeto urbanístico onde as cidades são vistas como um negócio. No caso, um negócio privado (a Copa do Mundo da FIFA), erguido por empresas privadas (Odebrecht) e que apenas na justificativa traria benefícios à sociedade civil. Essa ideia de cidade, pode ser assim tratada:

Dá a impressão que “a cidade” pode ser um agente ativo quando não passa de mera “coisa”. A urbanização, ao invés disso, deveria ser considerada como um processo social que ocorre no espaço, no qual uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas bastante diversos interagem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas (HARVEY, 1996, p. 51).

Mas qual a ligação dessa empresa (e da ideia de cidade que sua atuação acaba englobando) com Eduardo Campos? Segundo o ex-diretor da Odebrecht no Nordeste, João Pacífico, delator na Operação Lava-Jato, o governador de Pernambuco foi peça-chave na escolha da empresa para a construção da Arena de Pernambuco. Com a escolha do consórcio, responsável pela construção do empreendimento, Eduardo Campos conseguiu otimizar as chances da candidatura de Pernambuco que, segundo Pacífico, se encontrava ameaçada. A atuação decisiva do governador de Pernambuco pode ser resumida nesse trecho da matéria produzida pelo *Jornal do Commercio* em abril de 2017:

Pacífico afirmou que foi chamado pelo ex-governador porque duas propostas apresentadas pelo Estado à Fifa para que fosse sede da Copa do Mundo não tinham viabilidade. “Eduardo Campos estava numa situação de muita aflição”, disse. “De princípio, eu disse que não tinha interesse e ele pediu que eu levasse esse assunto a meus superiores, meus líderes, que era um pedido pessoal para que o estado de Pernambuco não ficasse fora da Copa”. O delator lembrou que os projetos iniciais – o de reformar um estádio, mas que ficaria longe do metrô, e o outro central, necessitando desapropriar muitas famílias – foram descartados. Decidiu-se, então, construir uma cidade onde seriam construídas mais de 4 mil unidades habitacionais e para onde seria transferido um campus da Universidade de Pernambuco (UPE). O terreno, em São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife, seria uma contrapartida do estado.²¹

O relato acima demonstra a relevância de Eduardo Campos na construção da

²⁰ ZIPORLI, C. Odebrecht é a favorita para construir a arena. **Diário de Pernambuco**, Esportes Total, p. A16.

²¹ Delator da Odebrecht diz que foi procurado por Eduardo Campos sobre Arena Pernambuco. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 12 de abr. de 2017. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2017/04/12/delator-da-odebrecht-diz-que-foi-procurado-por-eduardo-campos-sobre-arena-pernambuco/index.html>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

candidatura de Pernambuco que, seguindo uma tendência nacional, foi baseada em “Operações casadas em que governantes e investidores saíam ganhando, com a vantagem do apoio popular” (FERREIRA, 2014, p. 9). Apoio popular que Eduardo Campos conseguiu manejar do primeiro ao último ano de mandato. Em matéria intitulada “Eduardo tem 76% de aprovação”²² de 30 de dezembro de 2007, a pesquisa realizada pelo Instituto Exatta marcava 76% de aprovação no seu primeiro ano de gestão. O alto índice de aprovação foi mantido até o último ano e mês, como demonstra matéria do *Jornal do Commercio*²³. Segundo pesquisa da IPMC/JC, Eduardo Campos deixou o posto de governador do estado com 64% de aprovação.

Por último e encerrando essa parte dedicada exclusivamente a importância de Eduardo Campos, vale ressaltar que o mesmo não atuou apenas no âmbito político e econômico. Também é possível identificar sua preocupação com o que podemos chamar de âmbito simbólico, personificado no convite feito ao meio-campista Juninho Pernambucano como embaixador do estado nos assuntos relacionados à Copa do Mundo. A escolha do atleta carrega aspectos interessantes: revelado pelo Sport (clube de maior torcida no estado), Juninho Pernambucano, além de ser um jogador de expressão internacional, ainda leva em seu nome o estado onde nasceu. Admirado por levar o nome de Pernambuco a espaços como a Seleção Brasileira, Juninho aceita o convite do governo do estado, posa em foto com Eduardo Campos (colocada na capa do exemplar do dia 30 de maio de 2007) e declara: “Não vai ser a minha imagem que vai garantir a realização da Copa do Mundo aqui, mas vou levantar a bandeira de Pernambuco na Europa, mostrando o que temos de melhor hoje”²⁴.

Ao utilizar a imagem de um jogador de expressão internacional, que carrega o nome de onde nasceu, como meio de impulsionar a sua candidatura à sub-sede, o Governo do Estado de Pernambuco encontra-se submerso na seguinte lógica:

A valorização dos novos espaços urbanos, promovidos como elementos necessários para o *city marketing* eleva as cidades proponentes à sedes de Megaeventos ao concorrido cenário global de competitividade urbana. Se por um lado este ingresso é apresentado com uma ferramenta de “redenção” de cidades decadentes, promovendo verdadeiras renovações urbanas por

²² Eduardo tem 76% de aprovação. **Diário de Pernambuco**, Política, p. A4.

²³ Gestão de Eduardo Campos foi aprovada por 64%. **Jornal do Commercio**, Pernambuco, 12 de abr. de 2014. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/04/12/gestao-de-eduardo-campos-foi-aprovada-por-64_porcento-124786.php>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

²⁴ FERRAZ, T. Bandeira no nome. **Diário de Pernambuco**, Esporte Total, p. 6.

meio da captação de investimentos públicos e privados, por outro avaliamos a tendência a subordinação local aos interesses globais, permitindo a mercantilização dos espaços urbanos e a consequente “guerra dos lugares” (ANDREOLI; MOREIRA, 2015, p. 299).

Esse *city marketing* está vinculado aos Grandes Projetos Urbanos (GPU), marcados por uma reestruturação urbana com base na mercantilização da cidade. Tal mercantilização tem início a partir de um processo nos anos 1970, período em que o neoliberalismo começa a se desenvolver. Ao buscar o posto de sub-sede de um megaevento esportivo que incentiva uma visão de cidade como negócio, Pernambuco esteve submerso no *city marketing*. Desse modo, projetos como a Arena de Pernambuco e a Cidade da Copa fizeram parte de uma mercantilização e espetacularização da cidade; características principais dos citados GPU. Debatida a relevância de Eduardo Campos durante esse período analisado, me encaminho para outro importante ponto sobre a candidatura pernambucana: a presença dos GPU no estado, como foco nos polos discursivos que surgiram no *Diário de Pernambuco* em torno de sua defesa.

Os GPU em Pernambuco ganharam representatividade através de dois empreendimentos citados acima: a Arena de Pernambuco e a Cidade da Copa. Entretanto, apenas a obra envolvendo a construção da Arena de Pernambuco foi concluída, tendo em vista a visão de curto prazo dessa ideia de cidade. Todavia, a Cidade da Copa ficou no campo das promessas políticas irrealizáveis, apesar de seu projeto ter sido primordial na viabilidade da candidatura de Pernambuco; marcada pela transferência do domicílio de Recife-Olinda para São Lourenço da Mata. Esse empreendimento inconcluído foi o principal argumento para a utilização de vasto dinheiro público em um estádio erguido num município sem tradição no futebol. Sobre como esse empreendimento foi divulgado na época, temos o seguinte:

Junto à construção do estádio, havia uma proposta de criação da Cidade da Copa, enquanto um projeto imobiliário, impulsionado inicialmente, através de um estádio, com o discurso de um espaço amplo, moderno e sustentável, com 129 mil metros quadrados e capacidade para um pouco mais de 46 mil pessoas, estacionamento para 6.000 carros, sistema de reaproveitamento de águas pluviais e captação de energia solar. Porém, o complexo não tem prazo para início das obras. A efetivação da Cidade da Copa, como pretendia o Governo do Estado de Pernambuco e a Odebrecht, empresa vencedora do mencionado certame licitatório: a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A (“Arena”), na Concessão Administrativa, prevista na Lei Federal nº 11.079/04 e na Lei Estadual nº 12.765/05 (EIA/RIMA, 2012. p.08), com a prerrogativa em erguer o mais ousado projeto urbanístico inspirado no evento internacional de futebol. Trata-se de uma espécie de bairro inteligente que, se for concluído, terá 7.000 residências, um campus universitário, Universidade de Pernambuco - UPE, museu, teatro, um ginásio (arena *indoor*), hotéis, centro de convenções,

shopping center e escritórios comerciais e empresariais. O nome do projeto: Cidade da Copa. O investimento: R\$ 2 bilhões. O prazo de conclusão: 2025 (SILVA, 2017, p. 72-3).

Desse ambicioso projeto, baseado na ideia de “cidade inteligente”, foi concluído apenas a Arena de Pernambuco e as estações de metrô e do Sistema Estrutural e Integrado (SEI) de Cosme e Damião. As estações de metrô e do SEI, inclusive, são as responsáveis pela ligação entre Cosme e Damião e a Arena de Pernambuco sendo, basicamente, o único meio de acesso direto ao estádio. Sobre a Cidade da Copa ter sido o principal artifício do Governo do Estado para justificar a mudança de domicílio do projeto, é possível concluir:

Cabe aqui destacar que, das 12 sedes para Copa do Mundo de 2014, Recife é a única Cidade que o estádio foi construindo em outro município que faz parte da Região Metropolitana, no município de São Lourenço da Mata. A justificativa por parte do estado para a implantação da Cidade da Copa se inseria no contexto em que o estado de Pernambuco vivia um momento de crescimento acelerado, aliado à demanda especial da zona oeste da RMR para a urbanização e a diversificação do setor econômico. Com isso, identifica-se com uma estratégia de política pública, com a lógica da criação de uma nova centralidade urbana, a partir do município de São Lourenço da Mata, gerando novas oportunidades de crescimento econômico no entorno da Arena da Copa e adjacências, dinamizando, assim, a economia do oeste metropolitano como um todo (SILVA, 2017, p. 57).

Todo esse empreendimento seria realizado através de uma PPP que, obedecendo e sendo uma das principais características do empresariamento urbano causado pelos GPU, teria como fundamento “a utilização dos poderes públicos locais para tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego” (HARVEY, 1996, p. 52). No *Diario de Pernambuco*, em matéria intitulada Cronograma modificado (categoria “Sobre Pernambuco”) de 09 de setembro de 2009, os problemas envolvendo atraso da licitação do projeto (que deveria ter sido realizada no dia 31 de agosto daquele ano, contabilizando 10 dias de atraso) que foram levantados, são respondidos na própria matéria por representantes do polo discursivo alinhado à FIFA. A preocupação do editorial parece ser a possibilidade da FIFA reduzir o número de sub-sedes de 12 para 10, redução que, segundo uma matéria citada da *Folha de S. Paulo*, colocaria cidades como Recife, Natal, Cuiabá e Manaus em risco. Segundo consta na matéria, o que levaria esse risco seria o seguinte: “Todas elas pela susposta (falta de) capacidade financeira. De fato, o projeto local foi o mais caro de todos os aprovados pela FIFA”²⁵.

O projeto local estar o mais caro entre os aprovados previamente pela FIFA, fato

²⁵ Cronograma modificado. *Diario de Pernambuco*, Pernambuco, Esporte Total, p. A7.

apontado justamente numa matéria sobre a Cidade da Copa, comprova que tal empreendimento “inteligente” foi o principal responsável pelo aumento dos gastos públicos na candidatura pernambucana. Porém, os problemas levantados na matéria, como afirmei acima, são resolvidos pelo polo discursivo a favor do megaevento em Pernambuco. Conclui a matéria com a seguinte informação, ao que parece, tranquilizadora para os leitores:

Para o secretário da Casa Civil e coordenador do comitê pernambucano para a Copa-2014, Ricardo Leitão, o atraso na licitação não irá atrapalhar a Cidade da Copa. “Isso é pura especulação. O terreno para construção da arena está reservado e a modelagem econômica está definida. Não recebemos nenhuma advertência da FIFA. Pelo contrário, pois o nosso projeto tem sido apontado como o legado da Copa”, disse. Ele garantiu que o novo prazo de licitação será respeitado²⁶.

Como podemos perceber, a preocupação não é com o fato do projeto local ser o mais caro entre os aprovados previamente pela FIFA. A realização de um projeto faraônico, como foi a Cidade da Copa, não é colocada sob uma perspectiva crítica. Pelo contrário, a matéria inicia afirmando que “Lançada no dia 15 de janeiro deste ano, a Cidade da Copa impressionou a todos desde o primeiro olhar na maquete. Um megaprojeto com prazos claros para ser executado”²⁷. Não é trazido nenhum argumento contrário aos gastos envolvendo um projeto de grande envergadura, entretanto, o elogio inicial ao projeto é finalizado com o discurso de apoiadores do megaevento esportivo da FIFA dentro do Estado. No caso, Ricardo Leitão, secretário da Casa Civil (de um governo estadual alinhado à FIFA) e coordenador do comitê pernambucano para a Copa-2014. Por fim, a fala de Leitão oferece a oportunidade de discutir mais dois pontos.

Primeiro, ao garantir que o terreno (um bem público) estava reservado (para grandes construtoras, responsável pela arquitetura do espetáculo de que necessita a FIFA na realização de seu megaevento), Leitão delibera “a subordinação das necessidades locais aos interesses globais, acirrando as tensões sociais e a possibilidade de ser vítima de uma “reificação desnecessária”, na qual a cidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada” (ANDREOLI; MOREIRA, 2015, p. 293). Essa mercantilização do espaço urbano leva a seguinte consequência:

O desenvolvimento deste modelo de gestão urbana estimula inevitavelmente mapas de exclusão a partir desta competição sintomática de uma sociedade do espetáculo, cujos projetos se apresentam paulatinamente mais extravagantes em um mundo desenvolvido, e ao mesmo tempo megalópoles

²⁶ Cronograma modificado. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A7.

²⁷ Cronograma modificado. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A7.

globais tornam-se redutos da pobreza e exclusão (ANDREOLI; MOREIRA, 2015, p. 293).

Várias outras matérias tratam da Cidade da Copa. Por conta do seu tamanho e ambição, o projeto precisa a todo momento passar por uma afirmação. Os agentes representantes do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA no âmbito estadual, buscavam tranquilizar a população pernambucana, reafirmando a garantia do empreendimento. Isso pode ser observado na matéria chamada Cidade da Copa garantida (categoria “Sobre Pernambuco”) de 20 de outubro de 2009. Diante de rumores que colocavam a reforma do Estádio do Arruda como uma possibilidade, o editorial informa que “Governo estadual descarta rumores e diz que projeto aprovado sairá do papel nem que seja com verba pública”²⁸. Nessa matéria, além de Leitão, outro relevante representante do polo discursivo apoiador da FIFA é acionado: trata-se de Bruno Dourado, então diretor de contrato da Odebrecht. O interesse dessa multinacional, com origem no Brasil, na construção da Cidade da Copa, é visto como uma garantia de que o megaprojeto será realizado. Dourado é abordado na matéria da seguinte forma:

O diretor de Contrato da Odebrecht, Bruno Dourado, afirmou que o projeto de Pernambuco foi o único em que a empresa esteve envolvida desde o começo, elaborando o estudo de viabilidade da área de 230 hectares (às margens da BR-408) e o próprio projeto do estádio. “Achei estranho a notícia ter saído no dia 2 e só ter sido repercutida agora. Nunca houve qualquer interesse na Arena Coral, que até desconheço, e nem em planos B ou C. O nosso objetivo é só a Cidade da Copa, que estamos acompanhando desde o começo”, afirmou Dourado²⁹.

Após a menção a um representante das empreiteiras, os setores da burguesia nacional que mais se beneficiaram com o megaevento esportivo Copa do Mundo no país, a matéria traz a garantia do Governo do Estado; representado por Leitão. Sendo assim, ele garante: “Temos um cronograma. Já iniciamos os contatos com o governo federal para ver a mobilidade urbana e os investidores privados já estão contactando instituições financeiras”, disse³⁰. Ainda sobre as garantias do projeto, essencial para a legitimação da sociedade pernambucana, a matéria trabalha com a possibilidade das negociações com a Odebrecht não avançarem. Neste caso: “Leitão disse que caso isso aconteça, o governo transformaria o projeto em uma obra pública,

²⁸ Cidade da Copa garantida. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. D1.

²⁹ Cidade da Copa garantida. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. D1.

³⁰ Cidade da Copa garantida. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. D1.

com investimento direto do estado, baseado na lei 8.666”³¹. Entretanto, a nota oficial da Odebrecht colocada na matéria, dá mostras de que as conversações entre Eduardo Campos e a empresa realmente aconteceram, como pontuou Pacífico em delação à Operação Lava-Jato. Segundo esse posicionamento oficial:

Em Pernambuco, a Construtora Norberto Odebrecht, em parceria com operadora de estádios ISG, está devidamente autorizada pelo governo de Pernambuco a desenvolver, dentro do marco legal das PPPs, o estudo de viabilidade do projeto da Cidade da Copa³².

A garantia final do projeto, objetivo do editorial que mais uma vez não trouxe posicionamentos contrários a esses acontecimentos, principalmente a ventilada possibilidade do empreendimento tornar-se obra pública, veio de uma nota oficial da empresa que foi a mais beneficiada pela realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil. A Odebrecht tornou-se líder no ramo da construção civil, participou de oito projetos relacionados aos megaeventos esportivos que no total contabilizaram cerca de 27 bilhões de reais (MORAES BRASIL, 2015). Tal prestígio, aumentado significativamente a partir do Governo Lula, foi responsável pelo aumento da taxa de lucro da empresa, conforme noticiado por vários veículos de comunicação³³³⁴.

Outra matéria do *Diario de Pernambuco* que retrata o apoio empresarial ao empreendimento da Cidade da Copa, foi a produzida em 07 de maio de 2009, sob o título de Aposta Alta na Cidade da Copa (categoria “Sobre Pernambuco”)³⁵. Nesta produção, o jornal entrevista Jorge Hori, consultor do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco). O primeiro ponto a ser destacado da entrevista oferecida por Hori é seu incentivo à competição entre cidades que, na lógica hierarquizada dos megaeventos esportivos, são medidas por seus megaprojetos. As autoridades locais que apresentarem o megaprojeto mais viável aos interesses do capital, garante seu posto de sede

³¹ Cidade da Copa garantida. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. D1.

³² Cidade da Copa garantida. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. D1.

³³ Grupo Odebrecht multiplicou por seis o faturamento no governo do PT. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 de mar. de 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-odebrecht-multiplicou-por-seis-o-faturamento-no-governo-do-pt,10000022771>>. Acesso em: 14 de dez. de 2021.

³⁴ MADEIRO, C. Construtora Odebrecht triplicou patrimônio entre 2003 e 2014. **UOL**, Maceió, 08 de mar. de 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/08/construtora-odebrecht-triplicou-patrimonio-entre-2003-e-2014.htm>>. Acesso em: 14 de dez. de 2021.

³⁵ BOURBON, R. Aposta alta na Cidade da Copa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A16.

e/ou sub-sede. Sendo assim, o consultor divide as cidades brasileiras que postulam ser sub-sedes da Copa do Mundo da seguinte forma: a) Garantidas; b) Na briga; c) De fora. O objetivo dos representantes políticos dessas cidades, inseridas na lógica do *marketing city*, seria “se beneficiar de possíveis resultados positivos gerados a partir da atração de investimentos, difusão da imagem da cidade, dinamização territorial ocasionada pelos novos equipamentos urbanos e pela consolidação da cidade dentro de uma hierarquia global” (ANDREOLI; MOREIRA, 2015, p. 302).

Ainda segundo Hori: “A previsão é de quem possui o cacife de ter visitado cada capital brasileira, conversado com os gestores locais e conhecido as peculiaridades de todos os projetos”³⁶. Os gestores locais são vistos como peças fundamentais durante o processo de candidatura, o que justifica o espaço disponibilizado acima acerca da trajetória e atuação de Eduardo Campos no cenário pernambucano. Além do mais, cada cidade é avaliada conforme “peculiaridades de todos os projetos”, transformando o cenário urbano numa espécie de empresariamento. A valorização dada aos gestores locais se justifica ainda mais, pois Hori e outros membros da Sinaenco, como aponta a matéria, “se reuniram, ontem, com o secretário estadual de Operações Urbanas, Zeca Brandão, para colherem informações sobre o plano estratégico do estado para a competição”³⁷. A conclusão tirada dessa reunião foi a magnitude do megaprojeto da Cidade da Copa, responsável pela candidatura pernambucana estar na categoria “Garantidas”, segundo avaliação da Sinaenco.

Essa conclusão pode ser observada através do seguinte trecho: Visitaram o espaço onde será edificada a “Cidade da Copa”, em São Lourenço da Mata. E se debruçaram em elogios. “Foi uma grata surpresa. Nenhuma região está pensando em um crescimento tão grande”, admitiu o consultor.”³⁸. Se de um lado temos os elogiosos comentários de representantes da iniciativa privada, o polo discursivo no interior do Estado brasileiro (no caso da matéria, o Governo do Estado, sob gestão de Eduardo Campos) tem como preocupação: “Já para Zeca Brandão, é importante saber se o plano estatal está alinhado ao mercado”³⁹. Quando um megaevento privado precisa de vultuosos investimentos do Estado para ser realizado, mas ainda assim opta pelo alinhamento total aos interesses

³⁶ BOURBON, R. Aposta alta na Cidade da Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A16.

³⁷ BOURBON, R. Aposta alta na Cidade da Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A16.

³⁸ BOURBON, R. Aposta alta na Cidade da Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A16.

³⁹ BOURBON, R. Aposta alta na Cidade da Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. A16.

mercadológicos, podemos afirmar a reprodução do seguinte processo:

Portanto, os aliados estratégicos da copa do mundo de 2014 são nada mais nada menos que a classe burguesa. A principal aliança que o governo brasileiro fez para a vinda da copa ao Brasil foi com frações da burguesia mundial expressa a partir de suas entidades e empresas privadas, as quais detêm a propriedade privada dos meios de produção, explorando internacionalmente a força de trabalho, embora essa exploração fique bastante ofuscada nos dias da competição atrás da beleza dos gestos técnicos do esporte que se propagam em milhares de casas dos trabalhadores, que não visualizam o esporte como produto do trabalho humano, mas sim dentro de uma visão fetichizada pela grande mídia (MORAES BRASIL, 2015, p. 130).

Esse posicionamento da Sinaenco, registrado em 2009, dialoga com uma matéria no caderno de Economia do *Diario de Pernambuco*, intitulada “Construção vai puxar empregos em 2010”⁴⁰. O sub-título da matéria registrou: “Obras de infraestrutura ocasionadas pelos megaeventos esportivos e construção de moradias populares demandarão vagas”. O uso no plural, indica que a matéria se refere à Copa do Mundo da FIFA e às Olimpíadas do Comitê Olímpico Internacional (COI). A realização desses megaeventos torna-se parte integrante da economia brasileira, mobilizando dinheiro público para interesses privados. Segundo consta na matéria, “o otimismo dos empresários da construção civil do país é puxado pelos novos empreendimentos de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e imobiliários voltados para os megaeventos esportivos”⁴¹.

Pegando o recorte estadual, a previsão da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE) era fechar 2009 como o melhor ano dos últimos 14 anos. Dando espaço ao polo discursivo defensor e beneficiário da Copa do Mundo, ao mesmo tempo que visa garantir a simpatia dos trabalhadores a tal empreendimento, o editorial encerra essa matéria com o seguinte balanço positivo:

Os trabalhadores também comemoram os bons ventos do mercado de trabalho. Luiz Carlos Galdino da Silva, diretor de segurança e medicina do trabalho do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Pernambuco (Marreta), destaca que a preocupação é com o corre-corre nas contratações para a construção das grandes arenas esportivas para a Copa do Mundo. “Esperamos o crescimento do emprego na área de edificações, terraplanagem e de infraestrutura”, diz⁴².

Tais discursos e narrativas visam não só trazer os posicionamentos do mundo

⁴⁰ Construção vai puxar empregos em 2010. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. B1.

⁴¹ Construção vai puxar empregos em 2010. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. B1.

⁴² Construção vai puxar empregos em 2010. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. B1.

empresarial, como também tentar vender o megaevento esportivo da FIFA como um relevante artifício do desenvolvimento nacional e estadual, marcado por uma baixa taxa de desemprego e melhoramento da infraestrutura. Por fim, foi possível perceber que a candidatura de Pernambuco foi marcada por dois importantes pontos: a) a atuação política de Eduardo Campos, atrelando-se aos interesses da FIFA e de seus aliados a nível nacional, como o lulismo; b) a construção (irrealizável) da Cidade de Copa, megaprojeto que serviu como justificativa para a maciça presença de dinheiro público nas obras, como também a mudança de domicílio da candidatura (saindo de Recife-Olinda para São Lourenço da Mata). A análise dessas matérias referentes a pontos relevantes da candidatura pernambucana mostra que variados agentes do polo discursivo aliado da FIFA esteve representado nas matérias (como Eduardo Campos, secretários estaduais, empreiteiras, sindicato patronal etc), porém, existiu um esquecimento daqueles que buscaram criticar a realização da Copa do Mundo em Pernambuco.

4.3 A Copa das Violações: o caso da Arena de Pernambuco

Discutida a construção da candidatura pernambucana e seus principais impulsos, procuro agora analisar outro relevante ponto encontrado nas matérias coletadas: as violações de Direitos Humanos, representadas fundamentalmente através das greves envolvendo a construção da Arena de Pernambuco e as remoções que também dela resultaram. Antes de rumar para o caso pernambucano, vale um debate sobre o conceito de Direitos Humanos. Os Direitos Humanos emergiram da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, contrapondo ao modelo de Estado Absolutista. Dentro dessa contraposição, tivemos o seguinte processo:

Em síntese, a burguesia, a quem coube a direção das revoluções de onde emergem as primeiras declarações de direitos humanos, afirmava um conjunto de direitos universais a partir do seu lugar de classe, concentrando seu esforço em assegurar a liberdade individual (sobretudo no que diz respeito às ações estatais) e a propriedade privada (que pode ser vista também como uma liberdade); a igualdade formal é parte do próprio caráter universal dos direitos humanos e encontra-se articulada à profunda desigualdade social e às novas relações econômicas de troca; os fundamentos do poder instituído (soberania e resistência à opressão, por exemplo) residem na própria ideia de que o povo (mais uma vez a suposta universalidade) é o soberano, e que deve ser erigido não mais um Estado Absolutista, mas um “Estado de Direito” (LIMA, 2012, p. 23).

A concepção de Direitos Humanos mostra-se como um programa progressista que, além de envolver os setores populares atraídos pelas promessas de liberdade e igualdade, fortalecia a burguesia na disputa política contra o Estado Absolutista. Assim, os atos de autoridade do Estado Absolutista passam a ser submetidos à lei, dando origem ao Estado Democrático de Direito. Surgem então declarações de caráter universal como as dos EUA e França. O discurso de direitos humanos era utilizado na perspectiva de classe, e seu acesso era negado à classe trabalhadora. Nesse sentido, observa-se que as bases do capitalismo coadunam com o reconhecimento dos Direitos Humanos, mas não com sua plena efetivação. Entretanto, o Estado Democrático de Direito, responsável pela legitimação da dominação de classe, oferece normas formais de baixa eficácia, mas que existem na teoria (LIMA, 2015).

Ademais, dentre os Direitos Humanos historicamente consagrados, temos o direito de toda pessoa a um nível de vida suficiente e à propriedade afetados na situação em questão. Entretanto, os baixos salários (aliados a um aumento da jornada de trabalho), pagos aos trabalhadores da Arena de Pernambuco, atingiram diretamente o nível de vida e as arbitrárias remoções em torno do estádio atingiram fortemente o direito à propriedade de cidadãos pernambucanos. Desse modo, a Copa do Mundo 2014 em Pernambuco, reproduziu a nível estadual o seguinte problema estrutural:

Vejam os que a formação da sociedade brasileira, como uma sociedade capitalista periférica, traz em sua constituição elementos significativos para a compreensão do tipo de cidadania que se desejou para o seu povo. Somos herdeiros de um Brasil escravocrata e autoritário, onde os ideais de cidadania no Brasil República se revestiram de fortes traços desigualitários e discriminadores, prevalecendo uma “cidadania privatizada” e uma “cidadania econômica” ou, como diz Telles (2006), é uma configuração histórica que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social, que reforçam ainda mais a situação de desvantagem na qual vive grande parte da população brasileira (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013, p. 131).

As construções das arenas multiusos no Brasil, durante a preparação para a Copa do Mundo FIFA, foram marcadas por greves. Dentre as reivindicações desses trabalhadores, estiveram: aumento salarial, redução da jornada de trabalho, garantia da segurança no trabalho diante de mortes nas obras etc. Sobre essa última pauta, vale salientar que as mortes de trabalhadores durante as construções no Brasil, ultrapassou o quantitativo observado na África do Sul⁴³. Vários desses acidentes foram ocasionados pelo aumento da jornada de trabalho nas

⁴³ Obras da Copa no Brasil já matam 4 vezes mais que na África do Sul. **UOL**, São Paulo, 29 de mar. de 2014. Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/29/obras-da-copa-no-brasil-ja-matam-4-vezes-mais-que-na-africa-do-sul.htm>>. Acesso em: 18 de dez. de 2021.

obras, tendo em vista a necessidade de aceleração das construções por causa das constantes pressões da FIFA e seus representantes a nível nacional. Apesar de não se colocar abertamente contra a realização do megaevento, as greves desenvolvidas durante o período denunciaram contradições que marcam a recepção desses eventos.

Em Pernambuco, uma greve anunciada em matéria nomeada *Mais uma paralisação*⁴⁴ (categoria “Sobre Pernambuco”) adicionam dois pontos aos já citados: os maus tratos recebidos por policiais militares e as demissões em massa. Esses operários demitidos, no caso, estavam vinculados à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Sobre os abusos da PMPE, mostra a matéria:

A principal insatisfação dos operários é com o coronel Eduardo Fonseca, chefe de segurança patrimonial. Segundo eles, Fonseca os hostiliza, fazendo-os passar por constrangimento. “Ele abusa do poder, nos oprime e nos trata mal”, acusa José Cícero, um dos funcionários demitidos na noite da última segunda-feira. Ivanildo Augustino também foi desligado da Arena da Copa e confirma a reivindicação. “O coronel nos humilha muito. Se a gente for almoçar e quiser levar a sobremesa para comer lá fora, ele não deixa. Diz que ou comemos ali ou não levamos e se for o caso, toma a força”, denuncia o carpinteiro⁴⁵.

Esse caso demonstra o nível de exploração e assédio moral enfrentado cotidianamente pelos trabalhadores, que com sua força de trabalho construíram a Arena de Pernambuco. Uma situação exemplar para configurarmos a Copa de Mundo 2014 no Brasil como um megaevento esportivo privado (apesar da maciça presença de dinheiro público), baseado em variadas violações sobre as classes subalternas. A utilização da força policial como meio de controlar, oprimir e humilhar trabalhadores é uma prática nacional estrutural que pode ser discutida a partir das seguintes conclusões:

Sem o controle absoluto do poder, que as classes burguesas podem tirar da constituição desse Estado, seria inconcebível pensar-se como elas conseguem apropriar-se, com tamanha segurança, da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional; ou, ainda, como elas logram dissociar, quase a seu bel-prazer, democracia, desenvolvimento capitalista e revolução nacional (FERNANDES, 2006, p. 408).

Desta forma, a classe dominante beneficiada com os empreendimentos da Copa do Mundo 2014 necessitou não só da ideologia (como o apoio dos principais veículos de comunicação, em sua maioria, esperançosos com os possíveis legados) como também das forças de repressão. Vale lembrar que “o Aparelho Repressivo do Estado funciona através da

⁴⁴ Mais uma paralisação. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D2.

⁴⁵ Mais uma paralisação. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D2.

violência ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam através da ideologia" (ALTHUSSER, 1985, p. 69). Visando melhor explicar a citação acima, Althusser pontua em seguida que os Aparelhos Repressivos do Estado também operam pela ideologia, assim como pode existir o uso da violência física nos Aparelhos Ideológicos do Estado. Inexiste aparelho unicamente repressivo ou ideológico. O debatido por Althusser é a predominância, definindo assim sua natureza. Sobre a pluralidade dos Aparelhos Ideológicos do Estado, Althusser afirma que, apesar de suas diferenças, existe uma ideologia dominante que tem a capacidade de unificá-los. Assim sendo, "Se os AIE funcionam predominantemente através da ideologia, o que unifica a sua diversidade é este funcionamento mesmo, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante" (ALTHUSSER, 1985, p. 71).

Esse incidente em Pernambuco dialoga diretamente com outros a nível nacional. Em matéria chamada "Militares treinam para Copa" (categoria "Sobre Pernambuco")⁴⁶ de 10 de abril de 2013, o *Diário de Pernambuco* noticia treinamentos das Forças Armadas em vista da aproximação da Copa das Confederações. Segundo Daniel Medeiros, chefe de segurança do Porto do Recife, "A presença da Marinha nos ajuda a ratificar o trabalho de segurança que fazemos todos os dias, além de possibilitar o treinamento para os grandes eventos"⁴⁷. A nível nacional, a utilização dos aparelhos repressivos esteve presente nas diversas manifestações que buscaram questionar os gastos públicos em torno do megaevento. A preocupação do Estado brasileiro, representado nacionalmente pelo Governo Dilma, chegou ao ponto de liberar a atuação do Exército nas ruas contra "terroristas" internos que buscavam desestabilizar o país. Essa preocupação dos apoiadores da FIFA dentro do Estado, visando a segurança da Copa do Mundo e seus patrocinadores, pode ser representada pelas falas da presidenta em favor da repressão⁴⁸.

Mas ainda sobre a matéria referente à greve, o que foi debatido acima sobre a junção ideologia/repressão por parte da burguesia, é observada nitidamente por meio da defesa da Odebrecht às arbitrariedades das forças policiais. Segundo a matéria, que também pontua a posição da empreiteira sobre as demissões envolvendo trabalhadores ligados à CIPA, temos:

⁴⁶ Militares treinam para Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Vida Urbana, p. C4.

⁴⁷ Militares treinam para Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Vida Urbana, p. C4.

⁴⁸ Dilma afirma que Exército vai atuar contra protestos. **Estado de Minas**, 20 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/02/20/interna_politica,500159/dilma-afirma-que-exercito-vai-atuar-contra-protestos.shtml>. Acesso em: 19 de dez. de 2021.

A Odebrecht se pronunciou através de nota oficial na tarde de ontem. A construtora afirmou que irá pedir ao Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco a declaração de ilegalidade do movimento de paralisação das obras. Segundo a empresa, as reclamações sobre os maus tratos direcionadas ao chefe de segurança Eduardo Fonseca não são legítimas. “Essas acusações do sindicato contra os trabalhadores são inverídicas e não têm como ser comprovadas por essa entidade”, disse em nota.

Já com referência às demissões:

Sobre as demissões, a construtora declarou que os trabalhadores não têm o direito de contestá-las. “Não cabe ao sindicato também contestar duas, uma vez que esta é uma decisão legítima da empresa, a quem compete avaliar o desempenho de seus colaboradores”, completou⁴⁹.

Em “Greve Acirrada”⁵⁰ (categoria “Sobre Pernambuco”) de 04 de novembro de 2011, é possível identificar mais uma vez a violação contra os trabalhadores e a aliança entre força policial e empresariado. A assembleia dos trabalhadores grevistas foi interrompida pela presença de sete viaturas da PMPE. Segundo Moisés Rodrigues, operário, a ação policial se deu da seguinte forma: “A polícia chegou logo oprimindo. Levei *spray* de pimenta no rosto e cheguei a desmaiar. Os companheiros tentaram me ajudar, mas não deixaram e acabaram me arrastando como um cachorro para dentro da viatura”⁵¹. Mas é a nota oficial da Odebrecht que merece atenção especial. Nela é possível identificar o desprezo do empresariado às reivindicações dos trabalhadores, já que “os colaboradores estão sendo intimidados pelos dirigentes sindicais a manterem a paralisação.”⁵²; a aliança e a permissividade do Governo do Estado, já que “a presença da PM no canteiro se dá por iniciativa do Governo do Estado, contratante da obra, para proteger o patrimônio.”⁵³ é comprovada diante do posicionamento da assessoria de imprensa da Secretaria Extraordinária da Copa que “afirmou que a paralisação é um assunto a ser tratado entre a Odebrecht e seus funcionários”, sendo sua preocupação a construção de “um acordo para não atropelar o calendário”⁵⁴. Essa nota oficial coloca diretamente e dentro de uma situação específica, importantes representantes do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA.

Três dias se passaram após o início da ameaça de greve e a matéria “Ameaça de greve

⁴⁹ Mais uma paralisação. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D2.

⁵⁰ Greve acirrada. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵¹ Greve acirrada. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵² Greve acirrada. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵³ Greve acirrada. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵⁴ Greve acirrada. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

continua”⁵⁵ (categoria “Sobre Pernambuco”), retrata a continuidade do conflito. Segundo sindicalistas entrevistados na matéria, não houveram agressões aos trabalhadores, entretanto, “alguns trabalhadores, após a refeição, foram proibidos de subir para que pudessem participar da assembleia”, declarou Leodelson Bastos, assessor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplenagem em Geral de Pernambuco (Sintepav-PE)⁵⁶. A matéria traz outra pauta levantada pelos trabalhadores: a dos baixos salários. Essa nova reivindicação é assim noticiada:

[...] afirmou que outros operários que estão sendo integrados aos cerca de 1.400 trabalhadores da Arena Pernambuco com salário abaixo do estabelecido: “Além do assédio moral do coronel e da reintegração dos membros da CIPA, que têm estabilidade assegurada por lei, surgiu uma nova história que é o rebaixamento salarial. Alguns trabalhadores que vieram de outras obras, como da refinaria e a petroquímica, estão em situação até que se pode dizer como humilhante”⁵⁷

Estamos diante do que Luce (2018), baseado nas ideias de Ruy Mauro Marini, chama de superexploração. Entre as formas de superexploração está o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Segundo esse raciocínio, “Se o salário não alcança, de modo recorrente, a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração” (LUCE, 2018, p. 182). Diante dessas violações expostas e descritas acima, fica fácil entender as razões objetivas que tornaram Pernambuco o estado que acumulou o maior número de greves nos estádios entre 2011-2014, segundo levantamento realizado por Rombaldi (2014). De 28 greves contabilizadas dentro desse recorte temporal, Pernambuco notabilizou 5 paralisações. Elas ocorreram entre 2011-2012, sendo 3 no primeiro ano e 2 no segundo.

Por fim, as remoções foram também uma expressão das violações de Direitos Humanos vistas na preparação para a Copa do Mundo 2014. No caso de Pernambuco, a possibilidade de desapropriar trabalhadores de suas residências foi ventilada ainda quando a candidatura do estado para o posto de sub-sede tinha como carro chefe a Arena Recife/Olinda. A matéria do *Diário de Pernambuco*, intitulada “Primeiro Passo”⁵⁸ (categoria “Sobre Pernambuco”), datada de 11 de novembro de 2007, cogitava que cerca de 3 mil residências seriam desapropriadas caso o projeto da Arena Recife/Olinda fosse adiante. Isso representa

⁵⁵ Ameaça de greve continua. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵⁶ Ameaça de greve continua. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵⁷ Ameaça de greve continua. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D5.

⁵⁸ Primeiro passo. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 3.

cerca de 14.500 mil pessoas desapropriadas. O então governador do estado, Eduardo Campos, tratou dessa forma os resultados do levantamento: “Todas as alternativas devem ser estudadas. Mas precisamos levar em conta o padrão exigido pela FIFA e a decisão precisa ser tomada rapidamente. Levam-se dois anos para construir um estádio assim. Precisamos nos focar no que é mais viável”⁵⁹. Como podemos perceber no discurso do governador, a preocupação não era a situação desses quase 14.500 mil trabalhadores desapropriados, mas a responsabilidade de construir um estádio “Padrão FIFA”.

Outra relevante matéria, intitulada “Mãos à Copa, Pernambuco”⁶⁰ (categoria “Sobre Pernambuco” e datada de 31 de outubro de 2007, começa colocando a Arena Recife/Olinda como um projeto encabeçado pelo Governo do Estado e as prefeituras dos municípios envolvidos. Criada um dia após a oficialização do Brasil como país-sede, a matéria já põe a desapropriação como uma regra a ser cumprida: “O objetivo é saber com precisão informações sobre os imóveis localizados no setor incluído no projeto, já que será necessário realizar desapropriações para a construção do estádio”⁶¹. Entre os escutados e representados no editorial, estão representantes do Estado brasileiro que compõe o polo discursivo a favor dos interesses da FIFA, enquanto que nenhum movimento social ou os moradores do local possivelmente afetado estão presentes. A representação dos primeiros tem um claro objetivo: buscar justificar a construção da arena multiuso, sem problematizar as futuras desapropriações. Segundo o secretário estadual de Esportes, Nelson Pereira, “Não é só um estádio, mas um projeto de incluir socialmente milhares de pessoas”⁶². A justificativa e inevitabilidade das desapropriações, ficam ainda mais claras com a seguinte declaração, presente na mesma matéria:

De acordo com o secretário de Planejamento e Transportes de Olinda, Osvaldo Lima Neto, existe uma alternativa para um possível fracasso do projeto local, já que precisarão ser removidos cerca de 14.500 habitantes em uma área que hoje reúne aproximadamente 3.600 edificações. Se não for possível construir a Arena no Complexo Salgadinho, a iniciativa seria transferida para um terreno hoje desocupado nas proximidades do Terminal da PE-15, no bairro de Jardim Fragoso, ainda em Olinda, onde, teoricamente, seriam necessárias menos desapropriações⁶³.

Ou seja, não estamos diante de uma reflexão que questione a necessidade ou não de

⁵⁹ Primeiro passo. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 3.

⁶⁰ FERRAZ, T. Mãos à Copa, Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 8.

⁶¹ FERRAZ, T. Mãos à Copa, Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 8.

⁶² FERRAZ, T. Mãos à Copa, Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 8.

⁶³ FERRAZ, T. Mãos à Copa, Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 8.

uma arena multiuso em Pernambuco, mas sim a intensidade da violação que será realizada de qualquer forma. Diante do interesse de empresas estrangeiras no projeto Arena Recife-Olinda no Complexo de Salgadinho, com sede em Portugal e Holanda, Zeca Brandão, secretário estadual de Planejamento, prefere defender o empreendimento apesar do conhecimento dos custos sociais. Afirmou o secretário: “Continuamos achando que essa área é a melhor para o projeto e vamos lutar para que seja feito nela”⁶⁴. Desta forma, as matérias e declarações contidas nelas confirmam a tese de que:

Megaeventos esportivos significam, para políticos, a oportunidade de aumentar sua influência, se projetar internacionalmente e garantir a sua base eleitoral. Além disso, é possível melhorar a imagem da própria cidade, do próprio país, tornando a região mais atrativa para investimentos e colaborações econômicas. Tais efeitos interessam à várias grandes empresas locais, que imaginam lucrar não só com as construções necessárias para o próprio evento, mas em longo prazo. A valorização do lugar é também desejada por imobiliárias. Os megaeventos esportivos se tornaram *locus* importantíssimos de uma disputa internacional por recursos (CURI, 2013, p. 80).

Tomada como regra, a ideia das desapropriações seguirá após a mudança de domicílio do projeto. Em São Lourenço da Mata, centenas de famílias foram desalojadas por conta do projeto que previa a construção da Arena de Pernambuco e da Cidade da Copa. A lógica da necessidade é transferida, porém, com uma observação a ser feita: diferente da dupla Recife-Olinda, o município de São Lourenço da Mata é menor, majoritariamente rural e por essas razões as contradições que envolveriam as desapropriações teriam um impacto político diferente do que seria observado nos dois municípios mais conhecidos e representativos de Pernambuco. Dentre as comunidades desalojadas, vale destacar o Loteamento São Francisco, localizado em Camaragibe. A maioria de suas casas, para não dizer todas, foram derrubadas pelas obras de acesso à Arena (Ramal da Copa e corredor BRT Leste Oeste) e de ampliação do terminal integrado de Camaragibe.

Esse processo de desapropriação, realizado como expulsão e indenização, e não como remoção ou reassentamento, foi executado por um órgão do governo do Estado de Pernambuco, criado durante o próprio processo pela fusão e recharacterização de outros órgãos e setores, impulsionados por essa ação específica, denominada Secretaria Executiva de Desapropriações, que tem como objetivo: “Agilizar os processos de desapropriação do Governo do Estado, impulsionando as obras estruturadoras em Pernambuco. Com esse objetivo, foi criada pelo Governo do Estado a Secretaria Executiva de Desapropriações,

⁶⁴ FERRAZ, T. Mãos à Copa, Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 8.

vinculada à Procuradoria Geral do Estado” (Diário Oficial 2012). A ação do Governo do Estado, através dessa secretaria especializada em violar Direitos Humanos, se mostrou sem nenhum compromisso com os moradores. Desta forma, não existiu um planejamento eficiente de relocação dos moradores em projeto habitacional ou doação de novos terrenos. Logo, estamos diante da atuação nefasta da dimensão institucional dos megaeventos esportivos (através de suas intervenções urbanas de grande porte), que pode ser configurada assim:

Configura-se um governo paralelo, de exceção, à margem das constituições e da legislação, quase sempre for a de qualquer controle social e político, agindo de forma arbitrária, quando não em aberta violação da lei. Em nome de uma eficiência que a preparação dos megaeventos nos está longe de comprovar, perde-se a transparência e controle político e social; golpeia-se, enfim, a democracia urbana (VAINER, 2014, p. 73).

Nas matérias coletadas, em apenas uma foi possível identificar a luta desses desalojados por seus direitos. A matéria nomeada “Burocracia que atrapalha as obras”⁶⁵ (categoria “Sobre Pernambuco”), mostra a luta de 117 das 325 famílias desocupadas da antiga comunidade Jardim Penedo de Baixo que, em 28 de setembro de 2010, ainda não haviam sido indenizados pelo estado. Segundo consta na reportagem, descrevendo os anseios e revolta desses cidadãos com direitos básicos violados:

“Fomos falar com as autoridades, pois mais uma vez, apesar do que o estado diz, não está tudo bem. Mais uma vez o estado se comprometeu e o dinheiro não saiu. Cinco famílias permanecem numa área que impede as obras”, afirma Alysson. Um dos remanescentes é o aposentado José Vieira, 51, que segue com a esposa em uma casa próxima à área rochosa, onde será preciso utilizar dinamites – fato impossibilitado pela permanência do morador⁶⁶.

O atraso dessas indenizações chegou ao ponto de famílias afetadas estarem lutando pelo pagamento em 2018, longos 4 anos após a Copa do Mundo no Brasil. Como bem pontua uma matéria realizada pela *BBC Brasil*, trabalhadores desapropriados em torno da Arena de Pernambuco ainda aguardavam o pagamento. O sentimento desses trabalhadores pode ser representado por esse desabafo:

"A gente tinha o nosso canto, o nosso lar, era feliz", diz Paula Santos, 41 anos, nora de seu Ramos. "Desmoronou tudo. Para quê foi feita a Copa? Para tirar as famílias do lugar? Seu Ramos morreu pouco tempo depois da Copa terminar, no fim de julho de 2014. Sua casa havia sido demolida e ele estava endividado após construir um cômodo às pressas na parte do terreno que lhe

⁶⁵ Burocracia que atrapalha as obras. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D4.

⁶⁶ Burocracia que atrapalha as obras. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D4.

restou, após ter metade de seu lote desapropriado. "Ele estava sufocado. Tinha problema de coração e morreu de infarto. Não aguentou a pressão", lamenta ela.⁶⁷

Como podemos perceber, um megaevento esportivo como a Copa do Mundo, baseada na ideia de legado, gera contradições inerentes ao modo de produção capitalista; aquele responsável pela socialização das perdas e privatização dos lucros. Enquanto a classe trabalhadora foi devastada pelas desapropriações apontadas acima, a FIFA e seus patrocinadores lucraram valores exorbitantes na realização da Copa do Mundo no Brasil. Um evento privado, que tem como objetivo aumentar a taxa de lucro da FIFA e das multinacionais que a ela se vinculam, com intensa participação de dinheiro público (todas as arenas erguidas contaram com participação do Estado, inclusive a Arena de Pernambuco, que foi construída através de uma PPP) e que tem como consequência intensificar problemáticas estruturais.

Dentre esses problemas, temos a ideia de cidadania ferida e comprada (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013) que ajuda a entender, dentre várias coisas, a utilização do Estado como garantidor dos interesses privados nacionais e internacionais. Essa cidadania faz parte de “uma configuração histórica que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social” (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013, p. 131). No caso pernambucano, as greves envolvendo a construção da Arena de Pernambuco, assim como as remoções, vieram a atender aos interesses urbanísticos dos organizadores/patrocinadores do megaevento. Se configuram, dessa maneira, como exemplos concretos desse tipo de cidadania violada que caracteriza sociedades dependentes e subdesenvolvidas, como a brasileira. Como foi possível observar nas matérias analisadas, o espaço permanece sendo oferecido a agentes gravitados em torno do polo discursivo alinhado à FIFA.

4.4 Copa dos megaprivilégios: a atuação da FIFA em Pernambuco

Discutido os polos discursivos em torno da candidatura de Pernambuco e das violações de Direitos Humanos vivenciadas por conta da construção da Arena de Pernambuco em São Lourenço da Mata, caminho para a análise das matérias referentes à FIFA. Essa instituição teve sua atuação no Brasil e em Pernambuco, marcada pelo autoritarismo. Esse

⁶⁷ ‘Só arrancaram a casa do lugar, e fim’: 4 anos depois, desapropriados da Copa questionam remoções desnecessárias. **BBC Brasil**, 17 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44478032>>. Acesso em: 19 de dez. de 2021

autoritarismo, representado através das inspeções e ameaças ao país-sede, repercutiu em Pernambuco e foi a característica principal de uma entidade ligada aos interesses das empresas multinacionais. De um modo geral e para iniciar a discussão sobre a FIFA, pode-se resumir suas ações da seguinte forma:

Mais ainda: é precisamente nessa condição, reduzida à esfera mercantil, que um órgão como a FIFA trata de funcionar como o capataz do capital exigindo um “padrão internacional” na qualidade ao evento que representa para a cabeça colonizada de amplos setores sociais uma espécie perversa de vestibular destinado precisamente a conceder, desde o mundo das finanças, do comércio e da indústria, um atestado de capacidade do ser nacional sob a forma mercadoria [...]. Enfim, atuam negando à sociedade nacional como referência e indicando que somente o mundo da produção capitalista dos países centrais pode ser um critério válido para a periferia (OURIQUES, 2014b, p. 204).

O trecho destacado acima pontua características da FIFA que, como veremos nas matérias, estão em perfeita comunhão. Essa entidade é marcada por uma atuação vinculada à mercantilização do esporte, exigindo dos países e cidades-sede um padrão de conduta a ser seguido. Tudo isso é realizado por intermédio de uma intervenção na política e economia do país-sede, enfraquecendo a soberania nacional, ao mesmo tempo que impõe suas condições para a realização da Copa do Mundo. Num país de capitalismo dependente como o Brasil, onde historicamente as classes dominantes estão subordinadas e aliadas aos interesses estrangeiros, essa imposição se apresenta com mais intensidade. Esse poder exercido pela FIFA nos países-sede, foi sentido nas páginas do *Diário de Pernambuco* até mesmo antes do Brasil ser oficializado. Em matéria intitulada “Candidatura Forte”⁶⁸ (categoria “Sobre Pernambuco” e “Sobre FIFA”), as exigentes inspeções da FIFA foram citadas:

No relatório divulgado pela FIFA quinta-feira passada, a equipe de inspetores que veio avaliar nossas possibilidades de sediar a Copa elogiou o Brasil. Disse que o país, em geral, estava pronto para receber a competição. Mas também incluiu um trecho que foi visto como uma “dica” sobre as cidades que têm mais chances: seis das concorrentes tiveram seu sistema de transporte atual considerado insuficiente para dar conta da demanda que virá, o que reforça a esperança das outras 12 candidatas, incluindo os pernambucanos, de estar na lista oficial⁶⁹.

Esses relatórios da FIFA são desenvolvidos através dos questionários respondidos por quem se interessa em recepcionar seu megaevento. Sobre esses questionários, “os candidatos

⁶⁸ FERRAZ, T. Candidatura forte. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 17.

⁶⁹ FERRAZ, T. Candidatura forte. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 17.

precisam responder um questionário cheio de detalhes pela FIFA. A sabatina procura saber informações sobre a rede de transportes, atrações culturais e de lazer, sistema de segurança, unidades de atendimento de saúde e condições naturais do local”⁷⁰, configurando-se num verdadeiro vestibular onde o país (com suas sub-sedes) necessita atingir todas as exigências da FIFA. Essas exigências são justificadas através da ideia de legado, tendo em vista que o todo construído para a realização do megaevento continuará servindo a sociedade civil após seu término. Sendo assim, os gastos públicos que porventura possam surgir no período são justificados como verdadeiros investimentos à infraestrutura do país-sede. Por isso que representantes do Estado brasileiro, como o ex-presidente Lula, tratam a recepção desse megaevento privado como uma missão que proporcionará ou contribuirá com o desenvolvimento econômico e social do país.

Essa forma de encerrar a recepção da Copa do Mundo FIFA como uma missão, pode ser comprovada na seguinte afirmação de Lula, datada de 31 de outubro de 2007 e contida na matéria “Lula provoca argentinos”: “Estejam certos de que o Brasil saberá, orgulhosamente, fazer a sua lição de casa, realizar uma Copa do Mundo para argentino nenhum botar defeito”⁷¹. Ao mobilizar o utilitarismo capitalista com o romantismo nacionalista, tendo líderes políticos da envergadura de Lula como aliados, a FIFA consegue “uma resposta de “orgulho nacional” comedido, somente permitido na exata medida em que realiza o interesse das multinacionais que dominam o esporte com a venda de produtos de todo tipo e para todos os gostos” (OURIQUES, 2014b, p. 203). Após a oficialização do Brasil como país-sede e, em seguida, o conhecimento das sub-sedes (incluindo Pernambuco), o papel da FIFA foi pressionar os órgãos e figuras para que tudo fosse realizado dentro do prazo estabelecido.

A matéria chamada “Recado para a África”, de 01 de maio de 2007, alerta para o Brasil (categoria “Sobre FIFA”), Blatter estende as ameaças da entidade aos dois países dependentes que aceitaram o desafio de sediar seu megaevento. Caso os prazos não sejam devidamente cumpridos, Blatter alerta para a possibilidade de transferir o domicílio para outro país, então capaz de lidar com as numerosas escolhas da FIFA. Segundo a matéria:

Além de um recado para a África do Sul, que está enfrentando várias dificuldades para organizar a Copa, a constatação de Blatter ainda serve de alerta para o Brasil, candidato único para ficar com o Mundial de 2014. Afinal, se os brasileiros não estiverem em condições de realizar a Copa, a

⁷⁰ FERRAZ, T. Candidatura forte. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 17.

⁷¹ Lula provoca argentinos. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 3.

própria FIFA se encarregará de encontrar um substituto⁷².

Dias após essa declaração ameaçadora da FIFA, a CBF (uma das principais aliadas da FIFA na recepção da Copa do Mundo no Brasil), através de Ricardo Teixeira, ganhou uma matéria no *Diário de Pernambuco* endossando o tom punitivista em caso de não cumprimento dos prazos. Teixeira assume que será rigoroso com cidades que desejem receber a Copa do Mundo e, realizado um paralelo com o vestibular pontuado por Ouriques (2014b): “Temos que começar a colocar seriedade nas coisas. Nesse projeto a CBF vai ser rigorosa, até por exigência da FIFA”, garantiu Ricardo Teixeira. “Essa situação assemelha-se a um vestibular. Não adianta o aluno se preparar o ano todo e chegar no dia da prova atrasado. Ficar chorando do lado de fora, como acontece várias vezes”⁷³. Ao pontuar que o rigor diz respeito ao “até por exigência da FIFA”, a CBF se coloca submissa aos interesses dessa entidade, sendo umas das representantes do polo discursivo alinhado aos interesses das multinacionais.

Dessa forma, a atuação da FIFA pode ser medida através das pressões feitas pelo cumprimento dos prazos e por meio de interferências na política, economia e leis nacionais. Sobre as pressões envolvendo os prazos, essa promessa descrita acima se confirmou e essa tensão se intensificou na medida em que a Copa das Confederações de 2013 se aproximava. Essa pressão pode ser exemplificada através da matéria “O ultimato da FIFA”⁷⁴ (categoria “Sobre Pernambuco” e “Sobre FIFA”), datado de 19 de novembro de 2011, onde já o título utilizando a palavra “ultimato” (que significa declaração final sobre algo ou alguém) mostra o teor da atuação dessa entidade em Pernambuco. A comitiva da FIFA, acompanhada por representantes do Governo do Estado, colocaram pressão não só sobre o Governo do Estado, mas também sobre a empreiteira responsável pelo estádio. Segundo a matéria, “A comitiva estabeleceu dezembro como limite para a empreiteira entregar um novo cronograma. Nele, deverão estar destrinchados todos os detalhes adotados para acelerar a construção”, sendo assim “Cada ponto será fundamental para sacramentar a presença do estado na Copa das Confederações, em 2013”⁷⁵.

Mas a atuação autoritária da FIFA ainda pode ser representada por sua interferência na política interna, como aponta a matéria “Senado não quer papo com Valcke”⁷⁶ (categoria

⁷² Recado para a África; alerta para o Brasil. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 4.

⁷³ Sem direito a atraso. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Esporte Total, p. 6.

⁷⁴ O ultimato da Fifa. **Diário de Pernambuco**, Pernambucano, Super Esportes, p. D3.

⁷⁵ O ultimato da Fifa. **Diário de Pernambuco**, Pernambucano, Super Esportes, p. D3.

⁷⁶ Senado não quer papo com Valcke. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Superesportes, p. D5.

“Sobre FIFA”) em que alguns senadores se queixavam das atitudes autoritárias do funcionário da FIFA no Brasil. Além da cobrança incessante sobre o cumprimento, dois outros pontos devem ser mencionados e ajudam a entender as ações coercitivas da FIFA. Falo da aprovação de leis como o RDC e a LGC, responsáveis por atender aos interesses da FIFA e das multinacionais que a cercam. Essas duas leis, aprovadas em agosto de 2011 e junho de 2012, respectivamente, deram total liberdade à FIFA e seus aliados, como as empreiteiras e políticos, de atuarem em prol de seus interesses. No caso do RDC, afirma o primeiro artigo: “É instituído o RDC, aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização” (BRASIL, 2011). Ou seja, o Estado brasileiro passava a controlar menos licitações e contratos necessários a sua realização, facilitando os negócios de empreiteiros envolvidos com as construções e de políticos que teriam facilidades na obtenção de recursos públicos. O RDC visava, fundamentalmente, licitações e contratos:

[...] da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, definidos pelo Grupo Executivo - Gecopa 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 - CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2011).

Já a LGC, também criada especificamente para lidar com a Copa do Mundo no país, garantia vantagens aos grandes empresários da mídia. A lei beneficiava: “Emissora Fonte da FIFA: pessoa jurídica licenciada ou autorizada, com base em relação contratual, para produzir o sinal e o conteúdo audiovisual básicos ou complementares dos Eventos, com o objetivo de distribuição no Brasil e no exterior para os detentores de direitos de mídia” (BRASIL, 2012). Ela também abarcou as empresas multinacionais do ramo alimentício que a Copa do Mundo tem como patrocinadores. Diz o trecho:

A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas, a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso (BRASIL, 2012).

A principal conclusão de leis desse porte, confirmando as postulações dessa dissertação, é a seguinte:

Na esteira desses acontecimentos, a aprovação da Lei Geral da Copa pelo parlamento brasileiro, em junho de 2012, confirma a tese da existência de um grande pacto firmado entre os grupos hegemônicos brasileiros como também a formação de uma coalização de forças articuladas pelos poderes políticos locais e regionais, cujo objetivo era o de viabilizar a condução política e operacional da Copa do Mundo [...]. No afã de atender às exigências do caderno de encargos da FIFA, os princípios básicos da soberania foram violentamente ultrajados, a exemplo do cerceamento do direito de locomoção dos cidadãos brasileiros nas chamadas “áreas de exclusividade da FIFA”, onde foi proibida a circulação de pessoas num perímetro de 2km dos locais dos eventos (COUTO, 2018, p. 23).

Dentro de uma literatura mais ampla sobre a sociedade brasileira e suas contradições decorrentes do subdesenvolvimento, esse grande pacto, que curvou a classe dominante local aos interesses políticos, econômicos e sociais da FIFA, não é um fato isolado na nossa formação histórica. Pelo contrário, “Como países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades”, logo, “A situação da dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes” (BAMBIRRA, 2019, p. 144). Diante desse cenário, fica mais esclarecido as razões de vários da FIFA ter aliados no Brasil, sejam eles vinculados ao Estado brasileiro ou à iniciativa privada. Ao mesmo tempo que a FIFA pressiona o país pelo cumprimento dos prazos, ela se beneficia de leis que favorecem o funcionamento do seu megaevento.

Em contrapartida, como observamos na seção anterior, os trabalhadores desapropriados em torno da Arena de Pernambuco sequer tinham sido indenizados em 2018, longos 4 anos após a realização da Copa do Mundo em solo brasileiro e pernambucano. Estamos, pois, diante de uma “cidadania ferida” em que “o poder econômico dita o grau e o nível de cidadania que cada indivíduo pode alcançar” (SOARES; BEHMOIRAS; SAMPAIO, 2013, p. 132). E da mesma forma que dita o grau e o nível de cidadania, o poder econômico também é responsável pela maior ou menor presença de determinados discursos ou polos discursivos em veículos de comunicação de massa, como os jornais. Ou seja, se constrói um “grande pacto”, os grupos hegemônicos também conseguem emplacar seus discursos e justificativas.

4.5 Copa do Silenciamento: a Atuação Crítica do Comitê Popular da Copa PE

Nesta última parte do capítulo, busco debater a ausência do polo discursivo contrário à FIFA, ao mesmo tempo que justifico sua ausência nas matérias coletadas no *Diário de*

Pernambuco. Por apresentar simpatia à recepção da Copa do Mundo em Pernambuco, hipótese confirmada através dos polos discursivos que foram representados em seu editorial, o *Diário de Pernambuco* acabou se tornando um representante do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA; silenciando as críticas, as pautas e as lutas lideradas por aqueles que buscaram se levantar contra um megaevento esportivo privado, apesar de custeado por maciço dinheiro público.

Diante da ausência desse polo discursivo crítico à FIFA nas matérias coletadas, represento suas narrativas através do dossiê chamado “Das Violações às Resistências”, organizado pelo Comitê Popular da Copa PE e que serviu como uma espécie de balanço das ações praticadas. Os Comitês Populares da Copa, espalhados pelas cidades sub-sedes do megaevento, foram articulações de movimentos sociais que buscaram denunciar e criticar duramente as variadas violações de Direitos Humanos ocasionadas pela recepção da Copa do Mundo FIFA. O movimento surgiu em 2010 e teve repercussão em Pernambuco. Na apresentação do dossiê, o Comitê Popular da Copa PE se coloca “enquanto um dos diversos espaços e esforços de mobilização e articulação da sociedade civil brasileira no enfrentamento aos modelos de mercantilização das cidades” (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 4). Além disso, é possível verificar uma postura anticapitalista desse movimento, como confirma o seguinte trecho:

Essa perspectiva fortalece a utopia construída pelas lutas sociais e populares de superação do modo de produção capitalista, de tal forma que garanta às pessoas a condição de habitabilidade plena nos espaços urbanos, transformados em espaços de convívio, de encontro, de produção e de usufruto da vida coletiva, vislumbrando, com isso, uma vida na cidade que seja marcada pelo seu valor de uso, e não pelo valor de troca. (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 4).

Dessa forma, o Comitê Popular da Copa PE se colocava contrário a uma lógica urbana, baseada na “arquitetura espetacular” (BROUDEHOUX, 2011, p. 41). Tal arquitetura desenvolve um cenário de valorização idealizada absoluta, conduzindo a um “patriotismo de cidade” (VAINER, 2000, p. 94), que tem em sua retórica a intolerância por posições contrárias à implantação do evento. Esse patriotismo a serviço dos interesses do capital, “se reproduz por meio da realização do megaevento, mas aparece precisamente como seu oposto, como se fosse a realização da capacidade de fazer do ser nacional” (OURIQUES, 2014b, p. 206). Essa capacidade de fazer-se nacional, ou seja, colocar a realização de um megaevento privado como uma condição para o desenvolvimento nacional, foi o argumento base daqueles

que estiveram no polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA. Segundo um intelectual simpático à recepção da Copa do Mundo pelo Brasil: “Os megaeventos não são um sortilégio, uma varinha de condão capaz de mudar da noite para o dia o cenário do país, mas são ferramentas de fato, capazes de acelerar políticas estruturantes de desenvolvimento nacional, regional e local” (FERNANDES, 2014, p. 64). Na realização desse “desenvolvimento nacional, regional e local”, figuras políticas (de diversos partidos) se unem em prol dos interesses da classe dominante. Essa articulação é assim denunciada pelo Comitê Popular da Copa PE:

Havia muita preocupação com os impactos que essas ações trariam para as populações, para os modos de uso do espaço urbano, seu reordenamento e, principalmente, como recursos públicos seriam tratados pelas autoridades e empresas envolvidas. Já ali havia a desconfiança de que o governo estadual e os governos municipais metropolitanos iriam adotar baixa transparência e admitir pouca ou quase nenhuma participação popular no controle social dessas iniciativas, o que de fato se confirmou ao longo dos anos de execução das obras e de realização dos eventos Copa das Confederações e Copa do Mundo, respectivamente (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, p. 5, 2015).

As articulações entre governo estadual e municipal foi observada em matérias anteriores, principalmente as referentes ao então governador Eduardo Campos. O poder municipal pode ser encontrado em matérias como “Preparando o Recife para a Copa”⁷⁷ (categoria “Sobre Pernambuco”) em que o entrevistado é Amir Schwartz, secretário municipal da Copa de 2014. Ou seja, estamos diante de um secretário que atua direta e especificamente na preparação municipal para a Copa do Mundo FIFA. Quando indagado pelo *Diário de Pernambuco* sobre os custos municipais referentes ao megaevento, ele cita a Via Mangue que, segundo sua fala, estava orçada em R\$ 433 milhões. Perguntado sobre como o Recife tem contribuído para a realização da Copa do Mundo, responde o secretário: “Temos uma série de investimentos no entorno e na Região Metropolitana, onde a concentração de serviços modernos é aqui na cidade. A refinaria e o estaleiro ficam no Cabo e em Ipojuca, mas a inteligência desses empreendimentos vai morar no Recife”⁷⁸. Em suma, estamos diante do alinhamento estadual/municipal, apontado pelo Comitê Popular da Copa PE.

O principal resultado da recepção da Copa do Mundo FIFA em Pernambuco, apontado no dossiê, foi a mercantilização da cidade que debati com detalhes durante o trabalho. Dentro da lógica desenvolvida pelos GPU, as cidades componentes da Região Metropolitana do

⁷⁷ PAZ, J. Preparando o Recife para a Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Entrevista, p. A3.

⁷⁸ PAZ, J. Preparando o Recife para a Copa. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Entrevista, p. A3.

Recife são centradas na autopromoção de megaeventos e megaprojetos que, sob a justificativa da modernização e desenvolvimento, viola Direitos Humanos de estratos historicamente excluídos da sociedade brasileira ao mesmo tempo que garante lucros exorbitantes para capitalistas de origem nacional ou internacional (assim como vantagens para políticos que os representam dentro das várias esferas do Estado brasileiro). Logo: “Por essa razão, não se pode compreender a Copa do Mundo FIFA 2014 apenas como um evento esportivo, mas, sobretudo, enquanto exemplo do modelo de cidade baseado na mercantilização dos espaços públicos” (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 8).

A crítica do Comitê Popular da Copa PE ao modelo urbano desenvolvido durante a preparação de Pernambuco para a Copa do Mundo, foi baseado nas ideias de “estado de exceção” de Vainer (2011). O conceito é bastante utilizado na narrativa desenvolvida no dossiê. Submetida ao mercado, a cidade passa a ser uma empresa a ser gerida e “Por conseguinte, e coerentemente, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas” (VAINER, 2011, p. 4). Diante dessa necessidade de entregar o espaço público àqueles destinados à geri-la como uma empresa, fica evidente o imperativo que trouxe para a Arena de Pernambuco a PPP (REIS; CABRAL, 2017), assim como fica claro o sentido da crítica do polo discursivo contrário à FIFA a esse tipo de prática. Esse conceito valioso e suas implicações, debatidas durante o trabalho, pode ser assim resumido:

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas à agências “livres de burocracia e controle político” [...] E o poder se exerce na produção em massa de novas e mais generalizadas exceções. O governo da área portuária, inclusive poder de concessão de serviços públicos, a pretexto de mais uma parceria público-privada, é, por assim dizer, “terceirizado” e entregue a um consórcio empresarial. A FIFA não pagará impostos. Todas as empresas que tiverem contrato com FIFA estarão isentas, assim como também aquelas com contratos com o Comitê Olímpico Internacional (VAINER, 2011, p. 10-1).

A LGC e a RDC são leis que resultam desse estado de exceção, criado por Vainer e utilizado pelo Comitê Popular da Copa PE em seu discurso contrário aos interesses da FIFA. Outro ponto discutido acima que também esteve presente no dossiê em análise, foram os casos de violações dos Direitos Humanos observados durante as remoções no entorno da Arena de Pernambuco. Sobre essas violações, que conteve nas matérias coletadas do *Diario*

de Pernambuco a presença ativa das empreiteiras e Governo do Estado, “os governos estaduais e municipais não propuseram nenhuma alternativa à desapropriação, tampouco, optaram por uma ação estruturante, onde as famílias afetadas passassem a acessar novas políticas de forma a melhorar, ainda que progressivamente, sua qualidade de vida” (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 9).

Como foi visto na parte referente às remoções, tratadas como uma necessidade desde o início por diversos representantes do polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA, existiu uma ausência de uma crítica contundente a essas ações. Se por um lado, o Governo do Estado ganhou espaço no editorial do *Diario de Pernambuco* ao anunciar a criação de uma secretaria específica para remoções, as críticas de movimentos sociais a tal secretaria (e sua política de violações) não foi observada. Em matéria chamada “Para destravar a burocracia”⁷⁹, a criação da Secretaria Executiva para Desapropriações foi uma criação do “governador Eduardo Campos (PSB) que reconheceu a necessidade de criar um órgão para destravar pendências jurídicas e administrativas relativas a esses projetos. Com isso, o socialista pretende evitar atrasos no cronograma dos serviços”⁸⁰. Tal anúncio não é acompanhado de possíveis críticas à ação. Para o polo discursivo contrário à FIFA, o inverso do posicionamento tomado por Eduardo Campos, a crítica não identificada no *Diario de Pernambuco* sobre essa secretaria pode ser assim definida:

É preciso destacar ainda a estratégia utilizada pelo governo do estado, de instalação de um corpo burocrático, a exemplo da Secretaria Executiva de Desapropriações, vinculada à Procuradoria Geral do Estado, e que foi constituída com o objetivo de “Agilizar os processos de desapropriação do Governo do Estado, impulsionando as obras estruturadoras em Pernambuco”⁸. Essa estratégia significou a institucionalização dos procedimentos de exceção nos processos de desapropriações, considerando, inclusive, metodologias e formas padronizadas em casos de remoções forçadas no estado (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 11).

A crítica ao modelo mercantil e empresarial de cidade, desenvolvido pelos megaprojetos e megaeventos esportivos; a denúncia às violações de Direitos Humanos, ocasionados por um “Estado de Exceção”; à identificação de uma aliança estadual e municipal em torno da recepção da Copa do Mundo em Pernambuco, são pontos levantados pelo polo discursivo contrário à FIFA. Porém, encerrando a discussão sobre o Comitê Popular da Copa PE, outro ponto pode ser acrescentado. É a crítica à ideia de legado, justificativa ideológica

⁷⁹ RANGEL, R. Para destravar a burocracia. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Política, p. A7

⁸⁰ RANGEL, R. Para destravar a burocracia. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Política, p. A7

daqueles que se beneficiam dos megaeventos esportivos. Sobre a ideia de legado, ela é criticada tomando como recorte as desapropriações no entorno da Arena de Pernambuco. Afirma o Comitê:

A promessa de “legado da Copa do Mundo” foi prontamente colocada em cheque quando confrontada com a problemática presenciada no país como consequência direta das intervenções urbanas para a Copa da FIFA de 2014. O Loteamento São Francisco foi exemplo do completo despreparo e da negligência do Estado quanto ao trato com as comunidades diretamente atingidas (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 14).

A perspectiva anticapitalista aos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, faz o Comitê unir crítica aos legados com a negligência do Estado em relação às demandas daqueles afetados negativamente por esse legado. É a tradicional percepção ideológica de que “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14). Percepção comprovada na realidade, já que estamos diante de um megaevento esportivo que proporcionou megaprivilégios ao capital, como a isenção da FIFA de impostos no último ano do Governo Lula⁸¹; ao mesmo tempo que teve uma denúncia oficial da ONU, relativa às remoções de famílias⁸², e foi o país-sede que mais notificou mortes durante obras relacionadas ao megaevento⁸³. Isso sem detalhar as greves e as manifestações de rua reprimidas⁸⁴, com treinamento especial dos Aparelhos Repressivos do Estado que “funciona através da violência” (ALTHUSSER, 1985).

Fica agora evidente as razões do silenciamento desse polo discursivo, de cunho anticapitalista, em veículos de comunicação de massa como o *Diario de Pernambuco*. Mesmo que, no dossiê, seja possível encontrar o seguinte ponto como avanço/conquista do movimento:

Visibilidade na mídia nacional e internacional (BBC, CNN, France Television, etc.), bem como veiculação também nos espaços de mídia

⁸¹ Governo isenta Fifa de impostos na Copa de 2014. **Terra**, 5 de jan. de 2010. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-2014/governo-isenta-fifa-de-impostos-na-copa-de-2014,124858cdd459a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

⁸² ONU denuncia remoção de famílias para obras da Copa de 2014. **Exame**, 26 de mar. de 2011. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/onu-denuncia-remocao-de-familias-para-obras-da-copa-do-mundo-de-2014/>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

⁸³ Obras de 2014 somam mais mortes que África do Sul-2010. **Veja**, 27 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/esporte/obras-de-2014-somam-mais-mortes-que-africa-do-sul-2010/>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

⁸⁴ STOCHEIRO, T. Governo cria tropa de choque de 10 mil homens para protestos na Copa. **G1**, 3 de jan. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/governo-cria-tropa-de-choque-de-10-mil-homens-para-protestos-na-copa.html>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

alternativa como a Agência Pública, Laboratório de Audiovisual em Mídias Alternativas (LAMA), Nova Democracia, Mídia Capoeira, mesmo diante de um silêncio expressivo da mídia local sobre tais temas (COMITÊ POPULAR DA COPA PE, 2015, p. 29).

A citação acima coloca um ponto-chave debatido durante esse trabalho: o silenciamento de um polo discursivo crítico à realização da Copa do Mundo em Pernambuco, em contraposição ao espaço concedido aos representantes do discurso contrário. Para isso foi necessário analisar a representação do polo discursivo alinhado à FIFA no *Diário de Pernambuco*. Por último, vale salientar que o jornal em questão pode ser considerado um dos representantes desse polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA, pois, através de diversas matérias, não só silenciou o polo discursivo contrário, como se mostrou simpático ao empreendimento.

Essa simpatia pode ser observada em matérias e/ou capas, como a capa do dia 31 de maio de 2009. Nesta capa, o editorial mostra uma foto da Arena de Pernambuco com a seguinte frase: “A Copa que mudará vidas”. Em matéria produzida no mesmo editorial, chamada “Um filho chamado Copa do Mundo”⁸⁵ (categoria “Sobre Pernambuco”), são mostrados moradores de São Lourenço da Mata animados com a vinda do megaevento ao município. Uma das falas é interessante, pois aciona um importante elemento de aceitação da Copa do Mundo: a possibilidade do local do empreendimento ser conhecido mundialmente, além da proximidade com um dos mais conhecidos e consumidos megaeventos. Segundo consta na matéria:

Alesson, 10 anos, é o filho mais velho da dona de casa Elisângela. Copa do Mundo para ele só pela parabólica em cima do telhado e nos videoteipes. Do mundial de 2006 ele nem lembra. Mas acha que a sua cidade vai ficar famosa em 2014 e diante. “Eu nunca fui ver um jogo ao vivo nem do Sport. Aqui eu também não sei se vou, porque deve ser caro. Mas eu tenho muita vontade. Eu nunca ia imaginar que fosse existir Copa do Mundo em São Lourenço da Mata”, conta Alesson. “Essa cidade só é conhecida pelo Santo Lourenço, que morreu queimado”, ensina o menino sobre o município de 99 anos e 99 mil habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE de 2008⁸⁶.

A esperança de dias melhores também é pontuada nesse mesmo editorial. Em matéria chamada “No sonho do Mundial”, o *Diário de Pernambuco* entrevista mais uma criança (dando uma ideia de futuro para o megaprojeto) que, sonhando em ser jogador de futebol,

⁸⁵ BRAGA, A. Um filho chamado Copa do Mundo. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. A12.

⁸⁶ BRAGA, A. Um filho chamado Copa do Mundo. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. A12.

espera que os investimentos trazidos pela construção da Arena de Pernambuco venha a melhorar as estruturas das escolinhas da região. Segundo o garoto, descrevendo a situação de sua escolinha: “O campo é emprestado por uma empresa e as 15 bolas são poucas, mas vale a pena tentar. Quem sabe com essa história da Copa a gente não receba ajuda”⁸⁷. Na página seguinte, na matéria intitulada “A chance de vencer o medo”⁸⁸ (categoria “Sobre Pernambuco”), o jornal mostra os avanços que a obra trará no quesito segurança pública e sustentabilidade.

Em outro editorial, datado do dia 3 de janeiro de 2010, o *Diario de Pernambuco* faz uma reportagem especial comparando o estado em 1950 (ano da primeira Copa do Mundo sediada) e 2014. Na parte referente a 2014, o título já denota a diferença entre as duas edições: “Modernidade acompanhada de muitos milhões” (categoria “Sobre Pernambuco”), ou seja, estavámos diante de um megaprojeto moderno com a presença de maciço dinheiro público. Segundo a narrativa representada na matéria, a Arena de Pernambuco mostrava “Um palco esportivo de primeiro mundo, bem ali, nas margens da BR-408” e para isso se fazia necessário a presença do dinheiro público, citado na matéria através do PAC. Por fim, finaliza com a ideia de que trata-se de “Um esforço proporcional à demanda da Copa do Mundo, diga-se”⁸⁹. O alcance do moderno como validação de um esforço, resulta na seguinte consequência: “O Estado nação fica prisioneiro das ordens e desejos da FIFA e do COI que, a cada ano, fazem fiscalização e ameaçam a retirada dos jogos dessas sedes se o catálogo de obrigações e exigências não for cumprido, assim como os seus prazos” (OURIQUES, 2014a, p. 35). Tal consequência ficou evidente e foi debatida na parte do trabalho referente à FIFA.

Por fim, vale salientar pequenos detalhes que colocam o *Diario de Pernambuco* como um veículo de comunicação simpático ao empreendimento. Primeiro, são as constantes possibilidades de melhorias nos negócios locais, pontuadas em matérias como “Preparando-se para a Copa”⁹⁰, “Um motel hídrigo de olho na Copa”⁹¹, “A corrida pelos empregos da Copa”⁹², “Copa sacode mercado de TI em Pernambuco”⁹³ e “Prepare-se para ganhar com a

⁸⁷ BRAGA, A. No sonho do Mundial. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. A12.

⁸⁸ A chance de vencer o medo. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. A13.

⁸⁹ Modernidade acompanhada de muitos milhões. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D3.

⁹⁰ PIMENTEL, T. Preparando-se para a Copa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. B3.

⁹¹ FALCÃO, M. Um motel hídrigo de olho na Copa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. B3.

⁹² FALCÃO, R. A corrida pelos empregos da Copa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. C6.

⁹³ NASCIMENTO, R. Copa sacode mercado de TI em Pernambuco. **Diario de Pernambuco**,

Copa”⁹⁴. Todas essas matérias, inseridas em cadernos que não o de Esportes, mostram a posição do *Diario de Pernambuco* em mostrar os possíveis legados e/ou avanços que a Copa do Mundo em Pernambuco poderia trazer. Segundo, é o espaço dado à empresas beneficiadas com a construção da Arena de Pernambuco. Como exemplo, temos o espaço concedido em forma de propaganda à Saraiva Equipamentos. A propaganda, acompanhada pela foto da arena em construção, dizia: “Logo no primeiro tempo, a Saraiva entrou em campo na Arena Pernambuco, com seus guindastes pesados [...] E tem grande orgulho por ter participado desta importante obra do nosso estado”⁹⁵.

Outra propaganda foi observada no caderno de Política e era de autoria do Governo do Estado. Segundo a propaganda, que anunciava a inauguração da Arena de Pernambuco: “Nosso Estado agora conta com um dos estádios mais modernos do mundo [...] Vamos juntos comemorar essa conquista que é de todos os pernambucanos”⁹⁶. Dessa forma, iniciativa privada e Estado, alinhados aos interesses da FIFA no Brasil e em Pernambuco, recebem até o privilégio de propagandear suas narrativas, colocando uma construção baseada em desapropriações como uma conquista para todos os pernambucanos e pernambucanas. Por outro lado, observamos um silenciamento de quem não enxergou o megaevento como um benefício para o conjunto da população pernambucana, incluindo movimentos sociais como o Comitê Popular da Copa PE e trabalhadores afetados com as desapropriações e suas consequências.

Pernambuco, Informática, F3.

⁹⁴ CAVALCANTI, J. Preparem-se para ganhar com a Copa. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Economia, p. B2.

⁹⁵ Show de Bola. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. D1.

⁹⁶ Inauguração da Arena Pernambuco. **Diario de Pernambuco**, Pernambuco, Política, p. A7.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De toda a discussão realizada acima, algumas conclusões importantes podem ser tiradas. A primeira é a conexão entre o desenvolvimento da Copa do Mundo como um megaevento esportivo e seus impactos negativos quando seus receptores se tratam de países dependentes. As exigências impostas na realização de um megaevento esportivo, aguça contradições próprias a países dependentes como o Brasil. Por exemplo, Brasil e África do Sul, respectivamente, foram os países que mais apresentaram mortes durante a realização das obras de arenas multiusos. A alta exposição e exploração desses trabalhadores não foi vivenciada em países desenvolvidos, como EUA e França (países-sede das edições de 1994 e 1998, respectivamente). Assim como também não foi observada o alto número de escândalos de corrupção envolvendo essas edições, diferentemente do caso brasileiro.

Corrupção vinculada às íntimas relações de favorecimento entre Estado e iniciativa privada, observadas em larga escala nos países dependentes e/ou subdesenvolvidos. Diante da facilidade desses favorecimentos, a FIFA acabou conduzindo seu megaevento a países dependentes após a edição de 2006, realizada na Alemanha. África do Sul, Brasil, Rússia e Catar foram, em sequência, os países dependentes responsáveis pela organização da Copa do Mundo. Um fato interessante e que traz consigo a necessidade de estudos que foquem, especificamente, sobre o impacto das intervenções causadas pela FIFA nesses países. Outra importante conclusão é que para justificar essas intervenções, onde as benesses se concentram na FIFA e seus parceiros, essa entidade desenvolveu historicamente uma narrativa baseada na ideia de legado. Ou seja, é preciso convencer a sociedade civil do país dependente em questão sobre a necessidade de investimento público num megaevento esportivo privado, pois tal empreendimento será responsável por avanços econômicos, sociais, urbanísticos etc.

Entretanto, tratado de forma crítica, a ideia de legado deve ser substituída pela noção dos legados individuais e/ou específicos que esse empreendimento traz consigo. Ou seja, é impossível falar de um único e abstrato legado, pois as ações envolvendo a Copa do Mundo acaba acarretando megaprivilégios para uns em detrimento de megaviolações para outros. No caso, esses “uns” e “outros” seriam as classes sociais que repousam e se relacionam dentro desse país-sede. No caso brasileiro e pernambucano, os megaprivilégios ficaram por conta da FIFA, empresas multinacionais, vastos setores da classe dominante local e figuras políticas. Dentro dessa vastidão da classe dominante local, vale destacar, em específico, as grandes empreiteiras como a Odebrecht, responsável pela construção da Arena de Pernambuco em São Lourenço da Mata. Já das figuras políticas beneficiadas e envolvidas com os interesses da

FIFA, destacamos em particular Lula (relevante do ponto de vista nacional) e Campos (do ponto de vista estadual), que utilizaram de suas popularidades para justificar a vinda da Copa do Mundo no Brasil e em Pernambuco.

Os exemplos pessoais de Lula e Campos, mobilizando Governo Federal e Governo do Estado de Pernambuco, evidenciam a não neutralidade do Estado que está à serviço de interesses privados. Repressões às greves, remoções, a LGC e o RDC, são exemplos analisados na pesquisa que mostram um Estado vinculado aos interesses de classe. Esses interesses estiveram reunidos em sua heterogeneidade no polo discursivo que considero alinhado aos interesses da FIFA. Esse polo, dentro de um recorte temporal que utilizou matérias jornalísticas do *Diário de Pernambuco* como principal fonte, esteve presente de forma hegemônica na mídia local. Por outro lado, o polo discursivo contrário aos interesses da FIFA, reunidos dentro do Comitê Popular da Copa PE, foi silenciado no principal e mais tradicional jornal pernambucano. De outubro de 2007 a maio de 2013, não foram identificadas matérias que trouxessem a narrativa desses grupos críticos. Enquanto isso, representantes da FIFA, empreiteiras e políticos tiveram suas perspectivas e anseios reproduzidos em diversas matérias. No geral, todos os representados consideravam a Copa do Mundo 2014 como um investimento que traria variados legados à sociedade pernambucana. Entre esses legados, a inacabada Cidade da Copa, que não saiu do papel mas contribuiu para a viabilidade da candidatura pernambucana. Fica evidente que tal silenciamento traz um conjunto de interesses que envolvem setores políticos, econômicos e estrangeiros.

Por fim, finalizo analisando os impactos negativos desenvolvidos por um megaevento esportivo, postulado por Preuss (2008), e que mencionamos rapidamente no início da pesquisa. Esses impactos são divididos em tipologias como o físico/natural, o social/cultural, o psicológico e o político/administrativo. Do tipo físico/natural, temos o prejuízo ecológico de todo o desmatamento que foi necessário realizar para a construção da Arena de Pernambuco e entornos. Além desse impacto negativo, temos a má utilização das estruturas, transformadas em elefantes brancos. Seguindo exemplo da também subdesenvolvida e dependente África do Sul⁹⁷, o Brasil colecionou alguns elefantes brancos custosos aos cofres públicos, sendo a Arena de Pernambuco um deles. Após o Náutico jogar na Arena de Pernambuco de 2014 a 2018, o estádio ficou sem receber jogos semanalmente. Sem uso contínuo, a megaconstrução

⁹⁷ África do Sul mantém cinco elefantes brancos de 2010. **Gazeta do Povo**, 11 de abr. de 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/copa/2014/africa-do-sul-mantem-cinco-elefantes-brancos-de-2010-2hos6g8ofxyxn49y1gu6le2xa/>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

levantada para garantir lucros de grandes empresas nacionais e internacionais, acabou se tornando um fardo no orçamento do estado que passou a desembolsar R\$ 20 milhões por ano apenas em sua manutenção⁹⁸. Segundo estimativas, essa renda fixa chegará a numerosos R\$ 100 milhões nos próximos três anos⁹⁹.

Do ponto de vista social/cultural, três impactos negativos foram observados na experiência pernambucana: mudanças estruturais da comunidade, aburguesamento e deslocamento social. Ambos problemas interligados e se vinculam às desapropriações debatidas na parte referente às violações de Direitos Humanos. Segundo Lima: “os cálculos dos custos e benefícios da desapropriação devem ser avaliados para além das questões econômicas”, com isso, deve incluir o “*déficit* social gerado na comunidade desalojada pela extinção dos vínculos sociais e de memória local, a desestruturação do comércio local, o desemprego, o encarecimento do custo de vida e de transporte” (LIMA, 2015, p. 110). Foram mais de 2 mil desapropriações durante o período¹⁰⁰, se contarmos com obras que foram realizadas para preparar a cidade na recepção desse megaevento, como foi o caso da Via Mangue sob responsabilidade da Prefeitura do Recife. A desapropriação de tantas famílias, causando problemas como a extinção dos vínculos sociais e de memória local, trouxe um impacto negativo psicológico que pode ser medido através do choque cultural pelo qual passaram essas famílias desalojadas e que anos após a realização do megaevento, não tiveram seus direitos garantidos pelo Estado.

Por último, tivemos um expressivo impacto negativo político/administrativo medido através de intensa exploração econômica da população local (que após a realização das obras e do megaevento, agora arca com suas despesas fixas), distorção da real natureza do evento para refletir interesses/valores das elites econômicas, aumento dos custos administrativos e corrupção. Os casos envolvendo a exploração da população local e o aumento dos custos

⁹⁸ CASTILHO, F. Arena Pernambuco vira despesa fixa de quase R\$ 20 milhões/ano para o Estado. **Jornal do Commercio**, 23 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2021/04/12116386-arena-pernambuco-vira-despesa-fixa-de-quase-rs-20-milhoes-ano-para-o-estado.html>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

⁹⁹ Governo do Estado vai gastar mais de R\$ 100 milhões com manutenção da Arena Pernambuco nos próximos 3 anos. **Jornal do Commercio**, 06 de set. de 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2021/09/13039172-governo-do-estado-vai-gastar-mais-de-rs-100-milhoes-com-manutencao-da-arena-pernambuco-nos-proximos-3-anos.html#:~:text=A%20Arena%20Pernambuco%2C%20desde%20que,para%20os%20cofres%20do%20Estado.&text=Segundo%20aenxo%20da%20LDO%2C%20os,368%2C33%20apenas%20em%202021.>>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

¹⁰⁰ AMORIM, E. Mais de 2.000 famílias são removidas por obras da Copa em PE. **Terra**, 26 de ago. de 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-2014/mais-de-2000-familias-sao-removidas-por-obras-da-copa-em-pe,4cfb2688e59b0410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

administrativos, foram discutidos acima quando mencionei as consequências de um elefante branco. Já a distorção real dos interesses do evento foi observado durante todo o material coletado e analisado, onde as matérias jornalísticas hegemônicas pelo polo discursivo alinhado aos interesses da FIFA buscou colocar a todo momento a ideia de legado como justificativa para ações excludentes. A nível nacional, tal distorção pode ser observada em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, onde 51% dos brasileiros apoiavam a realização da Copa do Mundo FIFA no país¹⁰¹.

No caso pernambucano, a matéria do *Diário de Pernambuco* intitulada “Um Filho Chamado Copa do Mundo”¹⁰², analisada no último capítulo dessa dissertação, evidencia como os veículos de comunicação ajudaram nessa distorção que colocou a realização de um megaevento privado como um meio do país se desenvolver e se modernizar. Já os casos de corrupção, espalhados por todo o país e com repercussão em Pernambuco, pode ser considerado o último impacto negativo a ser discutido. No caso estadual, é emblemática a prisão do empresário Marcelo Odebrecht pela Operação Lava-Jato, tendo em vista que sua empresa foi a responsável pela megaconstrução da Arena de Pernambuco. Megaconstrução que administrou, em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco, até março de 2016. A corrupção envolvendo a Odebrecht durante o período da Copa do Mundo FIFA foi tão expressiva que, segundo suas delações, metade das arenas multiusos construídas no país tinham suspeitas de irregularidades¹⁰³. Mas a corrupção não afetou apenas a iniciativa privada, no caso local, Campos e seus correligionários do PSB, também acabaram envolvidos em investigações¹⁰⁴¹⁰⁵.

De um modo geral, podemos perceber que esses impactos negativos presentes em

¹⁰¹ 51% dos brasileiros aprovam realização da Copa no Brasil. **UOL**, 10 de jun. de 2014. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/06/1467905-51-dos-brasileiros-aprovam-realizacao-da-copa-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

¹⁰² BRAGA, A. Um filho chamado Copa do Mundo. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, Super Esportes, p. A12.

¹⁰³ Metade dos estádios da Copa tem suspeitas de irregularidades, segundo delações da Odebrecht. **G1**, 14 de abr. de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/metade-dos-estadios-da-copa-tem-suspeitas-de-irregularidades-segundo-delacoes-da-odebrecht.ghtml>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

¹⁰⁴ BENITES, F. Denúncias de corrupção atingem PSB e imagem de Eduardo Campos. **Jornal do Commercio**, 22 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/01/22/denuncias-de-corrupcao-atingem-psb-e-imagem-de-eduardo-campos-267710.php>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

¹⁰⁵ Paulo Câmara e Geraldo investigados no STF por irregularidades na Arena, diz Istoé. **Jornal do Commercio**, 22 de nov. de 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/11/22/paulo-camara-e-geraldo-investigados-no-stf-por-irregularidades-na-arena-diz-istoe-261214.php>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

Pernambuco seguiram tendências nacionais, o que justifica a divisão do trabalho em primeiro realizar uma reflexão nacional para em seguida partir para as especificidades estaduais. Brasil e Pernambuco se conectam, fazem parte da mesma realidade e carregam as mesmas contradições. No mais, espero que o presente trabalho incentive o surgimento de novos trabalhos acadêmicos sobre a experiência pernambucana na Copa do Mundo FIFA 2014, se aproximando ou igualando o número de pesquisas desenvolvidas em torno das experiências paulistas e cariocas. Entender os impactos negativos da Copa do Mundo a nível estadual, ajuda e alimenta perspectivas teóricas críticas aos megaeventos esportivos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AMORIM, E. B. **Os silêncios, os silenciamentos e a cobertura midiática da Copa do Mundo em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Recife, p. 154, 2017.
- ANDREOLI, M.; MOREIRA, T. Uma análise histórico conceitual dos megaeventos esportivos e seus desdobramentos na cidade contemporânea. **EURE**, v. 41, n. 123, p. 289-307, mai. 2015.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Aprova o Regime Diferenciado de Contratações**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112462.htm>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. Aprova a Lei Geral da Copa**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm>. Acesso em: 20 de dez. De 2021.
- BROUDEHOUX, A. M. Imagens do poder: Arquiteturas do espetáculo integrado na olimpíada de Pequim. **Novos Estudos – Novos Estudos CEBRAP**, n. 89, p. 39-56, 2011.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COAKLEY, J. **Sports and Politics: How Do Governments and Global Political Processes Influence Sports?** In: _____. Sport in society: issues and controversies. New York: McGraw-Hill, 2009. p. 352-469.
- COMITÊ POPULAR DA COPA PE. **Das Violações às Resistências**: a atuação do comitê popular da Copa PE. Recife: Comitê Popular da Copa PE, 2015.
- COUTO, E. F. **A Copa do Mundo é do povo brasileiro!** Estratégias discursivas da diplomacia no governo Lula. In: _____. (Org.). As Copas do Mundo no Brasil: memórias, identidades e diplomacia (1950/2014). Rio de Janeiro: 7 letras, 2018.
- CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, n. 40, v. 19, p. 65-88, jul./dez., 2013.
- CURI, M. **O ritual nacional conflitivo do país do futebol**: um resumo da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. In: HELAL, R.; GASTALDO, E. (Orgs.). Copa do Mundo 2014: futebol, mídia e identidades nacionais. Rio de Janeiro: Lamparina, Leme, p. 69-85, 2017.
- DAMATTA, R. **A bola corre mais que os homens**: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DAMO, A. S. **O ethos capitalista e o espírito das copas.** In: GASTALDO, E.; GUEDES, S. L. (Orgs.). Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional. Niterói, RJ: Intertexto, p. 39-72, 2006.

DAMO, A. S.; OLIVEN, R. G. **Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico.** Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2014.

DIARIO OFICIAL do Estado de Pernambuco. **Secretaria de Desapropriações toma posse e inicia trabalho,** 2012.

DIAS, Cícero. **Eu Vi o Mundo... Ele Começava no Recife.** 1926. Guache e técnica mista sobre papel, colado em tela, c.i.e. 1.200,00 cm x 198,00 cm. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2689/eu-vi-o-mundo-ele-comecava-no-recife>. Acesso em 02/2022.

FARRUGIA, B. *et al.* **1950: o preço de uma Copa.** São Paulo: Letras do Brasil, 2013.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, L. **Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional.** In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. et al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p. 57-64, 2014.

FERREIRA, J. S. W. **Um teatro milionário.** In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. et al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p. 7-15, 2014.

FIGUEIREDO, C. D.; AMORIM, E. B. Silêncios e silenciamentos na cobertura midiática da Copa do Mundo em Pernambuco. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 41, n. 2, p. 61-84, mai-ago. 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do Futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, v. 39, p. 48-64, 1996.

HELAL, R. **Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÊNIN, V. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, M. E. W. **O direito à moradia no contexto do megaevento Copa do Mundo 2014 no Brasil: o caso do loteamento São Francisco (Camaragibe-PE).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, p. 118, 2015.

LIMA, T. A. Q. **A dialética da efetividade dos direitos humanos sob o capitalismo: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Dissertação (Mestrado em

- Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 162, 2012.
- LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – Uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARICATO, E. **A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana.** In: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p. 17-24, 2014.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MENDES, A. M. T.; VENTURI, G. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, v. 2, n. 2, dez. 1994.
- MORAES BRASIL, V. **A Copa do (a) Capital.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação Física e Desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Rio Grande do Sul, p. 141, 2015.
- OLIVEIRA, A. **Eduardismo, “saída” do lulismo e comoção eleitoral: O que motivou o sucesso eleitoral de Paulo Câmara para o governo de Pernambuco?**. In: Congresso Compolítica, 6, Rio de Janeiro, 2015.
- OURIQUES, N. **Megaeventos no Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado.** In: CAPELA, P.; TAVARES, E. (Orgs.). *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis: Insular, p. 13-44, 2014a.
- OURIQUES, N. **Acumulação de capital e futebol na América Latina.** In: CAPELA, P.; TAVARES, E. (Orgs.). *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis: Insular, p. 201-210, 2014b.
- POYNTER, G. **From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympic Effects** (London East Research Institute. Working paper in Urban Studies). Londres: London East University, 2006.
- PREUSS, H. **Aspectos Sociais dos Megaeventos Esportivos.** In: RUBIO, K. (Org.). *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social.* São Paulo: Casado Psicólogo, p. 13-35, 2008.
- PRONI, M. W. **Megaeventos esportivos e acumulação de capital.** In: CAPELA, P.; TAVARES, E. (Orgs.). *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis: Insular, p. 91-108, 2014.
- REIS; C. J. O.; CABRAL, S. **Parcerias Público-Privadas (PPP) em megaeventos esportivos: um estudo comparativo da provisão de arenas esportivas para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014.** **Revista de Administração Pública**, n. 51, v. 4, p. 551-579, jul./ago.; 2017.
- ROMBALDI, M. **A Copa de 2014 e os trabalhadores da construção: estratégias globais, mobilizações locais.** **Revista da ABET**, n. 2, v. 13, p. 184-198, jul./dez., 2014.
- SECCO, L. **História do PT: 1978-2010.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- SILVA, E. G. C. C. **Arena de Pernambuco: placar de resistências e conflitos frente a**

processos de espoliação. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife, p. 139. 2017.

SILVA, I. W. N. **Futebol Brasileiro, Copas do Mundo e Identidade Nacional**: uma investigação dos jingles como reforço da brasilidade. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2020.

SINGER, A. **Sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOARES, M. M.; BEHMOIRES, D. C.; SAMPAIO, J. O. A Cidadania Ferida no País da Copa: as obras públicas para os megaeventos sob o sorriso do lagarto. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 25, n. 41, p. 128-139, dez./2013.

TAVARES, O. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul./set., 2011.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: Arantes, O. Vainer, C & Maricato, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, p. 75-104, 2000.

VAINER, C. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: Anais do XIV ENANPUR, v.14, n.1, Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, C. **Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?**. *In*: JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. et al. Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p. 71-77, 2014.